



08/04/2011

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro abertos os trabalhos do ciclo de palestras e debates em cumprimento ao Requerimento nº10, de 2011, da CRA, de minha autoria, aprovado em 24 de março do corrente ano, com a finalidade de avaliar a questão do endividamento do setor agropecuário, bem como a implementação das renegociações previstas em lei, dando continuidade aos seminários que abordarão grandes temas de interesse da agricultura nacional.

Iniciamos, hoje, um trabalho, inovando, contando com o Sepop, Secretaria de Pesquisas de Opinião Pública, e toda a equipe da TV Senado, cuja participação eu agradeço. Nós estamos interagindo com a sociedade, dessa forma, tendo pela primeira vez a oportunidade de estar recebendo, de forma on line, perguntas e participação da sociedade brasileira. Estamos recebendo telefonemas através do 0800612211, Alô Senado, e Twitter, @alosenado, e também pela página do Senado www.gov.br/senado/alosenado. Estamos iniciando um novo momento, um momento em que nós aqui estamos discutindo os assuntos de interesse da população brasileira. E aqueles que, por ventura, tenham interesse e queiram interagir conosco, fazendo as suas perguntas para os Senadores que aqui estarão debatendo e também para os debatedores, pode utilizar-se das redes sociais do Senado que estão à disposição da população brasileira.

O debate sobre o endividamento rural e renegociações das dívidas.

Na realidade, as dificuldades no processo de renegociação de dívidas rurais não são fatos recentes e vêm-se arrastando já há bastante tempo. O fato mais relevante e que causou grande parte do problema para os produtores que tomaram o financiamento rural é que, como as taxas de juros eram bastante elevadas, e no processo de renegociação essas taxas continuaram cada vez mais altas.

No movimento de redução inflacionária, criou-se uma dificuldade de caixa muito pesada para os produtores, e, com isso, agora, observa-se que há todo um comprometimento pelo estoque da dívida prorrogada, dada essa característica de alto custo do financiamento.

No dia 27 de maio de 2008, o governo anunciou a publicação de uma medida provisória para regularizar a situação do endividamento agrícola. Tratava-se da MP nº432, que era muito extensa e bastante abrangente, mas não foi a tábua de salvação dos endividados, como assim pensavam.

Mas, analisando a MP, as medidas anunciadas resolviam o problema dos pequenos produtores e daqueles que não precisavam de novos financiamentos. Nesse rol, estavam os produtores que conseguiam-se manter com os recursos próprios e todo o segmento da agricultura familiar, que teve um tratamento especial. Isso porque, mesmo depois da composição do débito, esse continuava inscrito na dívida ativa da União, e o nome do devedor continuava no



08/04/2011

Cadin. Assim, ele não poderia obter novos financiamentos no Sistema Brasileiro Financeiro.

O grande problema da MP nº432, que foi convertida para a Lei nº11.775, é que ela fez uma rolagem das dívidas agrícolas, sendo que a essência da questão era o crédito dos cálculos de atualização do saldo devedor. Esse fato vem ocorrendo desde 1995, quando foi editada a Lei nº9.138, que tratou da securitização. A série de desacertos jurídicos nessa questão começou ali e prosseguiu, piorando ainda mais nas outras investidas. Para entender melhor a questão do endividamento agrícola, basta retroagir às origens da legislação específica do crédito rural, que é a Lei nº 4.829, de 1965, e o Decreto-Lei 167, de 67.

Essa legislação estabeleceu que o crédito rural tivesse uma função social e, como tal, as taxas de juros cobradas oscilariam entre 1% e 3% ao ano no máximo. A MP 432 não permite aos devedores que aderirem ao seu plano de refinanciamento, recorrer à justiça para quaisquer reclamações futuras.

Nas safras 2005, 2006 e 2007, a rentabilidade foi negativa e as dívidas prorrogadas foram correndo juros altos, inviabilizando o produtor e o pagamento do saldo devedor.

Foram feitos alongamentos, mas não foram tomadas medidas para resolver o problema. Dados do mercado apontem dívida atual dos produtores rurais do Brasil em 2010, na ordem de 130 bilhões de reais.

Nesse ano, foi editada a Lei nº 12.249, de junho de 2010, que modificou a Lei nº 11.775, de 2008, regulamentada pelo Decreto 7.339. Com base nessa lei as dívidas rurais contratadas até janeiro de 2001 podem ser refinanciadas. Os credores adimplentes no ato da negociação podem ser beneficiados com descontos de até 75% do valor da dívida.

O benefício é destinado a mutuários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, micros, pequenos e médios produtores, bem como suas cooperativas e associações.

Outra questão que queremos ouvir é a falta de informação dos produtores sobre os benefícios contidos em leis e normativos; a redução das taxas de juros, a extensão do prazo de pagamento para até 2025, o recálculo do saldo das dívidas, a carência de um ano para o início do pagamento e o tratamento dos contratos rurais inscritos na dívida ativa da União, as mesmas condições do crédito rural, são algumas medidas que os produtores rurais almejam visando pelo menos amenizar a situação atual.

Uma pesquisa realizada em Rondônia agora em março pelo Instituto

Epicensus indica que para 82% dos produtores rurais, a principal reclamação ou dificuldade é justamente o custo do crédito bancário. Ainda segundo a pesquisa, os produtores rurais de Rondônia consideram que há crédito bancário relativamente fácil, mas ele é caro e perigoso.



08/04/2011

Trago aqui dois casos concretos enviados a esta Comissão de Agricultura quando da divulgação desse debate. O pequeno produtor de manga, Adroaldo Soares, da cidade de Abaré, atendido pela agencia do BNB, de Paulo Afonso, que contratou, em 1999, R\$69.595,00 para investimento e R\$7.329,00 para custeio e, hoje, o processo de renegociação apresenta divergências quanto ao enquadramento das suas operações.

O caso do Sr. Jalder Dordeti e Jair Martinelo Dordeti, de Araranguá, Santa Catarina, contraíram dívidas, entre 2006 e 2007, no valor de R\$221.000,00 no Banco do Brasil de Porto Alegre e têm hoje uma dívida para renegociar no valor de R\$405.000,00 que fora cobrado TR mais 1%, ultrapassando 6% ao ano.

Leis ordinárias, resoluções do Conselho Monetário Nacional e outros instrumentos.

Hoje, estão reunidos nesta Comissão de Agricultura os representantes dos agentes financeiros produtores rurais, Governo Federal para que esse debate esclareça os pontos divergentes do processo de renegociação de dívidas dos processos brasileiros, dos quais eu agradeço aqui a presença das Senhoras e dos Senhores.

E convido para compor a Mesa o Senhor José Carlos Vaz, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil; Sr. José Andrade Costa, Superintendente da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste; Sr. Evandro Ninaut, Gerente de Desenvolvimento de Mercados; Sr. José Alves Bezerra, Gerente Executivo do Banco da Amazônia, Sr^a Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente de Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Sr. João Guadagnin, Diretor do Financiamento e Proteção Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA.

Agradeço a todos pela presença.

Convidamos para participar o Sr. Gilson Bittencourt, secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Seja bem-vindo, Dr. Gilson Bittencourt.

Agradeço a todos pela sua estada aqui junto conosco.

Agradeço ao Senador Blairo Maggi pela sua presença que vai nos ajudar na condução dos trabalhos nesta tarde de sexta-feira, onde temos um tema muito importante.

E volto a colocar que o Senado, através da Comissão de Agricultura, está inovando, trazendo à sociedade, à população brasileira, uma alternativa de interagir conosco nesta tarde de hoje com o tema de Renegociação das Dívidas dos Produtores Brasileiros.

Passo a palavra, gostaria de começar pela Sr^a Rosemeire Cristina dos Santos, da CNA, para dar início aos nossos trabalhos nesta tarde.



08/04/2011

Então, passo a palavra à Sr^a Rosemeire Cristina dos Santos. A senhora tem quinze minutos inicialmente, mas, prorrogáveis, com certeza, para a senhora fazer a sua explanação.

Muito obrigado.

A SR^a ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Obrigada,

Senador, obrigada pelo convite à CNA feito para que participássemos deste debate de um assunto que sempre está na pauta das questões rurais. O endividamento é um assunto que sempre retorna, ou em momentos de crise, ou em momentos em que é para se discutir, que melhorou a capacidade de pagamento que eles ainda sentem e que algumas regiões ainda sentem dificuldades na questão do pagamento dessas parcelas.

A questão do endividamento está atrelada a uma dificuldade de implementação da atual política de crédito do país. A lei data de 1965. Era um modelo diferenciado na economia brasileira, era uma agricultura diferenciada e aí tínhamos recursos suficientes e com juros baixíssimos para se expandir a fronteira agrícola brasileira.

No entanto, esses modelos se esgotaram a partir da segunda metade da década de 80 e agravou-se nos anos 90.

Curiosamente, nesses mesmos anos 90, que tivemos grandes renegociações de dívidas, como houve com a securitização, depois com o PESA – Programa de Saneamento de Ativos.

O que vemos nessa questão da renegociação e do crédito rural hoje? A lei da época previa um crédito bancarizado. Então, era fácil você determinar a capacidade de pagamento do produtor. Ele ia no banco, fazia uma operação de custeio, uma operação de investimento, e a esse banco ele pagava suas parcelas.

Hoje é diferente. Hoje o produtor pega recursos no banco, em cooperativas, em *tradings*, em multinacionais, e não há como determinar a capacidade de pagamento desse produtor. Também é difícil a gente saber qual é o tamanho desse passivo. Não há registros. Hoje nós temos o RECOR que registra uma operação quando ela é feita. Porém, ele não a evolui no momento em que o produtor faz o pagamento. E isso dificulta nós sabermos qual é o tamanho da dívida e o que fazer.

Porém, andando pelos Estados brasileiros, conhecendo-os, nós temos um projeto chamado Campo Futuro, em que monitoramos custo de produção e preço em 158 Municípios brasileiros, nós observamos que o cenário melhorou. A rentabilidade da atividade agropecuária melhorou, com exceção do arroz, que ainda passa por uma crise de preços, dificultando aí pagamentos e também a capacidade de pagamento dessas dívidas. O trigo também é outra cultura. No entanto, as demais melhoraram, só que temos que observar o seguinte: pode ser uma melhora transitória. Nós estamos no segundo pagamento de uma renegociação que foi feita em 2008, pela Lei nº 11.775. É o



08/04/2011

vencimento da segunda parcela. Em algumas regiões, como Mato Grosso, são mais seis parcelas pela frente. E temos o endividamento crônico em algumas regiões, como no Nordeste. O Nordeste é o quadro crítico hoje, em que alguns casos nem mesmo uma renegociação de dívidas traria benefícios àquela população. Há dívidas que o produtor não consegue pagar, há dívidas de muitos produtores que já nem estão mais na atividade, como é o caso das dívidas transferidas para a União. Isso dificulta qualquer medida que vá ser feita, porque, nesses casos, não adianta você fazer uma política para melhorar a capacidade de pagamento e não adianta você também estabelecer que ele deva permanecer na atividade. Na verdade, ele já foi embora dela faz tempo e continua lá com o nome, com a dívida, com o CPF comprometido, com dificuldade até mesmo de tentar uma outra atividade. Esse é um problema crônico.

Se nós fôssemos fazer um mapeamento hoje de andamento no País, nós teríamos alguns custeos prorrogados na Região Sul do País, prorrogados principalmente em função de problemas climáticos naquela região, que dificultaram o pagamento das parcelas de custeio. Nós temos endividamento de máquinas e equipamentos, principalmente com bancos de fábricas, na Região Centro-Oeste e temos endividamento crônico de dívidas bastante antigas na Região Nordeste. Isso seria um quadro do endividamento no País. Porém, não nos é possível determinar qual o tamanho dessa dívida, até por conta das renegociações que foram feitas nos últimos anos.

Na época em que trabalhamos a MP nº 432, avaliava-se essa dívida em R\$75 bilhões e mais R\$20 bilhões de dívidas com o setor privado, que seriam *tradings*, cooperativas e multinacionais, ou seja, ao redor de 100 bilhões. Hoje já não conseguimos precisar. As informações que nós temos das *tradings* são que o endividamento caiu bastante. Hoje ele se aproxima da casa de 1 a 2%. Causa-nos uma preocupação muito grande, principalmente na Região Centro-Oeste, com Estados, como Mato Grosso do Sul, que tiveram problemas climáticos graves. Nessas regiões não há uma cobertura de seguro para produção suficiente para atender os produtores rurais. Hoje eles têm uma taxa de desconto bastante grande em cima da classificação que é aplicada aos contratos de fixação de soja. Isso pode trazer alguma dificuldade para esses produtores.

É lógico que o problema deste ano não é generalizado. Apesar de termos chuvas em algumas regiões, como o ciclo da safra não foi normal, nós temos produtores no mesmo Município que colheram bem e vão conseguir honrar seus pagamentos e temos produtores que sentirão dificuldades em função de perdas de qualidade do produto.

Na Região Sul do País, também tivemos problemas com chuvas, mas, nos últimos anos, a legislação referente a crédito melhorou bastante. Antes, para se fazer uma prorrogação, você tinha que ter uma resolução do



08/04/2011

Banco Central. Hoje já não é possível. O banco pode, avaliando e considerando a capacidade de pagamento do produtor, prorrogar até um percentual da sua carteira. No caso de máquinas e equipamentos é 8%. Isso traz um benefício ao produtor.

O problema maior que eu vejo da questão de crédito e endividamento é que só prorrogar dívida não basta. É preciso vincular essa renegociação a um instrumento de gerenciamento de risco, senão ele volta a ter dificuldade, volta, em um momento de preço baixo ou de problema climático, a se endividar novamente. E isso vai alimentando esse problema que já perdura anos.

Nós vimos a necessidade também de alteração da política agrícola brasileira. Não podemos ter uma lei de modelo “bancarizado” aplicando hoje no modelo de mercado. Nós precisamos atualizar os nossos instrumentos, precisamos assegurar aos produtores com maior dificuldade de renda uma política diferenciada. E precisamos dar aos produtores, um pouco mais capitalizados e que conseguem viver ser o crédito ou são mais independentes, a segurança para ele ter um seguro rural e ter também a possibilidade de contrato de opções, hedge e instrumentos de mercado também com uma subvenção do governo.

Não trabalhar somente com sustentação de preços ou prorrogação de dívida no momento em que a crise ocorre. Podemos gerenciar essa crise antes que ela ocorra. Nos momentos de crise, na verdade, essas prorrogações, elas adiam problemas, elas não resolvem problemas.

Todas as prorrogações que foram feitas elas melhoraram a liquidez do produtor, possibilitaram que ele se mantivesse na atividade. No entanto, ainda permaneceram com dificuldades. E muitos – avaliamos que cerca de 20 mil produtores rurais - saíram da atividade em função das crises que tivemos em 2005, 2006, 2007 e 2008, que culminou com a publicação da Lei nº 11.775. Então, recentes.

Precisamos fazer mais estabilidade para o produtor, fazer mais esse gerenciamento de risco e não tratar o endividamento como uma solução no momento de crise. Na verdade, a prorrogação de um endividamento é o último instrumento que deve ser utilizado. Precisamos aprimorar o seguro rural. Hoje, temos somente 6% da área plantada brasileira coberta pelo seguro. O seguro nesses momentos de problemas climáticos é extremamente importante. No ano passado, tivemos problemas na região Sul do País, porém não tivemos endividamento grave, porque os produtores do Paraná, que foram os mais afetados, tinham feito o seguro rural. Eles receberam os sinistros das seguradoras e continuaram na atividade.

Então, defendemos que não devemos trabalhar e continuar defendendo uma política de negociação, e sim estabelecer uma política de renda para o produtor, que possibilita que ele se mantenha na atividade, que ele



08/04/2011

invista na atividade e que não vá se descapitalizar ou por problemas de preço, que são os principais fatores de um endividamento crônico, como nós tivemos recentemente no País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Agradeço a Srª Rosimeire Cristine dos Santos e paço a palavra ao Sr. Evandro Ninaut, gerente de desenvolvimento dos mercados.

O SR. EVANDRO NINAUT - Gerente da OCB.

É um privilégio estar aqui nesta audiência. Agradeço ao Senador Acir o convite à OCB. Tenho até uma apresentação a ser feita, mas eu não vou fazê-la. A Rose, da CNA, de maneira bem objetiva, já colocou bem colocou o quadro do setor produtivo.

Vejo o seguinte: nós, outrora, “nadávamos de braçada”, antes dos planos econômicos, antes de 86, quando a economia mundial se comportava dentro de um cenário diferenciado do que hoje enfrentamos. Durante todos esses planos, o setor agropecuário veio sustentando a economia, fazendo um diferencial até mesmo na balança comercial brasileira.

Nós assistimos, nesse primeiro momento, dentro de uma situação conjuntural uma subida no preço das *commodities*, facilitando até mesmo a questão do desempenho do setor agropecuário.

Mas, a realidade é a seguinte: tantos planos existiram, muitos foram os planos para tentar corrigir essa situação, no caso, do endividamento. Mas em nenhuma situação houve algo estruturante, para resolver.

Então aquilo que nós precisamos é de uma política agrícola moderna, que venha a atender essa condição de mercado atual.

A Rose citou por várias vezes a questão do volume do endividamento. Isso não existe. Se você tenta buscar isso junto aos órgãos competentes, aos bancos, entra na questão do sigilo bancário. Você não tem acesso.

Sabemos que muita coisa mudou em relação às últimas audiências. Algumas tentativas de negociação foram feitas, mas nada que viesse a mudar de maneira estruturante.

Então, a posição da OCB é a de que possamos olhar, sim, pelo retrovisor sobre a questão do endividamento - se não resolvemos isso, teremos uma retração no campo e teremos dificuldades na questão do alimento para o meio urbano e isso vai ser uma realidade -, mas precisamos olhar para a frente, em relação à estabilidade, pois precisamos de um seguro no País, já que o que existe hoje não funciona. Precisamos da regulamentação, o quanto antes, do fundo de catástrofe, até para que os horizontes possam melhorar para o setor agropecuário. Estamos vendo, em alguns segmentos, a troca de atividades; é por isso que existe o êxodo rural. A realidade é que o cooperativismo tem feito a sua parte na questão de deixar o homem no campo, até pela sua estrutura, até pela sua competitividade que tem sido implementada neste País. Então, isso



08/04/2011

tem feito com que o homem permaneça produzindo no campo, mas não sabemos até quando isso vai durar. Sabemos que, conjunturalmente, temos uma situação melhor para o campo, mas não sabemos o dia de amanhã, porque, quando se fala em *commodity*, o preço é ditado pelo mercado internacional. Então, não sabemos o que vai acontecer. Não sabemos o que vai acontecer no câmbio. Então, isso tudo influencia o nosso produtor.

No primeiro momento, é essa a fala que quero deixar para os senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Agradeço ao Evandro.

Quero lembrar a quem está nos vendo que as senhoras e os senhores podem participar do debate. Ao final das explanações dos nossos convidados, faremos o debate e as pessoas podem participar através do 0800612211, do Senado, ou do Twitter, twitter@alosenado, ou da página do Senado, www.senado.gov.br/senado/alosenado.

Passo a palavra agora ao Sr. José Andrade Costa, Superintendente da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste.

O SR. JOSÉ ANDRADE COSTA – Obrigado.

Boa tarde a todos.

Primeiro, eu gostaria de agradecer a oportunidade de o Banco Nordeste estar presente nesta comissão, até para que possamos mostrar um pouco os números e discutir o tema, que é bastante importante para o desenvolvimento da área de atuação do banco.

Primeiro, vou mostrar alguns números do banco e a nossa forma de atuação, para vocês terem conhecimento. No final, mostrarei também o que temos de instrumentos de renegociação de dívidas, tanto legais quanto as ferramentas que o banco utiliza de forma interna, autorizadas pela diretoria do Banco.

Por favor, a primeira.

Área de atuação do banco. O banco atua hoje em todo o Nordeste, no norte de Minas e no norte do Espírito Santo. Temos no Nordeste uma área territorial de 1 milhão e 554 mil quilômetros quadrados e nove Estados. Contando a área de atuação do banco, entrando todo o norte do Espírito Santo e norte de Minas Gerais, atuamos diretamente em onze Estados. Temos um número mostrando que, no Nordeste, o nosso PIB *per capita* é bastante inferior à média nacional, ou seja, há uma necessidade forte de uma ação de desenvolvimento do banco, seja na atividade rural, seja na atividade não rural.

Rapidamente, o papel principal do banco é, como agente financeiro, atuar de forma dinâmica na economia nacional, gerando emprego e renda, de forma a elevar os nossos indicadores de desenvolvimento. Conforme nos falou a Rosemeire há pouco tempo, temos de mudar nossa forma de atuação. Não adianta trabalharmos só concedendo crédito, sem ter toda a



08/04/2011

integração, sem ter todo um trabalho por trás para apoiar o pequeno produtor rural, para apoiar os agentes de desenvolvimento, que são os produtores, que são as empresas na área de atuação do banco. Então o banco não atua somente concedendo crédito. Nós temos uma série de parcerias além do financiamento. Nós somos gestores do Fundo Constitucional, que hoje é a nossa principal fonte de aplicação de recursos na região. Nós somos agentes financeiros da SUDENE na operacionalização do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, o FDNE, financiamos, também, em um curto prazo, ou seja, o banco tem recursos de longo prazo mas nós também temos recursos captados no mercado, temos recursos do BNDES, temos recursos do FAT, para a complementação, no caso dos investimentos, você passa a fazer custeio, você passa a ser de giro, para ser comercialização, então o banco atua em todos esses segmentos, não somente no investimento de longo prazo.

Atuamos, também, no mercado de capitais. Algumas grandes empresas da área rural têm feito comparações conosco. A integração e cooperação em bases territoriais, nós temos diversos territórios de atuação direcionada, pela fruticultura irrigada, ou seja, o banco procurar trabalhar pela integração territorial. Nós somos executores de política pública, ou seja, de microcrédito produtivo orientado, agricultura familiar, micro e pequena empresa. Fazemos parcerias com os Ministérios, nós temos parcerias fortes com o MDA, com o Ministério da Integração Nacional, com o próprio Ministério da Fazenda, Dr. Gilson tem nos recebido e tem aturado diversas discussões, que tem fortalecido essa atuação do banco. Está com outras estatais, entidades de classe, e apresentação da sociedade civil. A CNA é uma parceira nossa dessas discussões.

Dando uma puxada na área de atuação que eu falei, acho que o banco hoje já atua nos Estados, num total de 1.990 Municípios com 185 agências. Mas nós temos agência itinerante, temos parceiras com outras entidades. Estamos abrindo agora correspondente não bancário nesses outros Municípios, e cada agência dessa atem uma jurisdição de atuação onde nós temos os agentes de desenvolvimento que se deslocam, de forma que todos os Municípios são atendidos pelo banco, não somente onde estão localizadas as agências. Contamos com quase 6.00 funcionários. Nós entendemos hoje – estamos até fazendo reivindicação perante o Ministério do Planejamento no sentido de aumentar esse quadro, porque estamos também expandindo a nossa rede de agência como forma de atender esses 1.990 Municípios.

O ativo de crédito do banco, hoje nós temos um total de R\$38 bilhões aplicados. Estão sendo R\$10 bilhões daquilo que eu falei captado no mercado, ou do FAT ou do BNDES, sendo a principal fonte de recursos aqui o FNE que hoje corresponde a R\$28,377 bilhões de recursos aplicados no Nordeste.



08/04/2011

No crédito a longo prazo, está a nossa maior concentração. Nós temos aqui no setor industrial R\$6,8 bilhões, infraestrutura R\$6,3 bilhões e na área rural, vocês podem ver, é bastante significativo perante os demais setores, R\$17,380 bilhões; comercial, R\$4 bilhões e outros financiamentos, exportação, principalmente ACC, R\$323 milhões. No crédito de curto prazo, temos mais R\$5 bilhões e R\$593 milhões no câmbio.

Aqui é um comportamento banco sistema financeiro. No crédito longo prazo, temos aqui uma participação, curto e longo prazo do banco, de 32,2% no Nordeste, computando o crédito de curto e longo prazo. No longo prazo, temos a participação histórica, na faixa de 60%, pouco acima de 60; em outubro, que era a última posição que nos tínhamos do Sisbacen, nós estávamos com a participação no Nordeste de 65,5% do crédito a longo prazo. No crédito de curto prazo, estamos com 6,3, ou seja, houve um crescimento muito forte também do banco nesses últimos oito anos na participação do crédito de curto prazo lá região. Ou seja, buscando outras fontes para que pudéssemos atender nossos clientes, tendo em vista que o FNE em função da demanda, da procura por crédito, ele estão no limite da aplicação do que nós recebemos dos clientes e do que nós recebemos em função da arrecadação de impostos.

Informações rápidas para vocês para que a gente possa debater o tema. Participação dos financiamentos da região, nós temos aqui hoje, no total, no crédito de longo e curto prazo, no longo, temos 65,5%. Em alguns Estados, vocês podem ver, temos uma participação maior, no caso Ceará, Maranhão, Sergipe, tudo superior a 70%.

No que se refere ao crédito rural no Nordeste, nossa participação é um pouco maior. Nós temos 72,3%, sendo mais relevante aqui no Estado do Piauí, com 90% do crédito rural, sendo destinado por recurso do Banco do Nordeste, tanto do FNE, como de recursos captado no mercado.

Nossos clientes, agentes econômico, empresas, microempresas, empresas de pequeno porte, médio, grande, ou seja, tudo que for setor privado aqui através de empresas constituídas, associação e cooperativa. temos uma atuação muito forte com associações e cooperativas, produtor rural, pessoa física, agricultura familiar, miniprodutor, produtor pequeno, médio e de grande porte, o informal também, através principalmente do microcrédito. E através dos governos temos feito parcerias através de PPPs, principalmente com os governos estaduais e algumas entidades não governamentais. Atuamos também com pessoa física e profissional não liberal, recurso de CDC.

Uma das operações globais do banco, de 2003 a 2010, nós contratamos mais de 12,7 milhões operações. Com um número mais relevante aqui em 2010, ou seja, contratamos 2,6 milhões operações. Estamos inclusive inovando um pouco no nosso processo de concessão de crédito para dar uma subida em 2011, essa quantidade, fazer uma maior pulverização do crédito, mas para isso precisamos de uma automatização maior que estamos trabalhando no



08/04/2011

sentido de implantarmos esse semestre para que possamos atender a maior quantidade possível de pequenos produtores.

Com relação a recurso, de 2003 a 2010, aplicamos 83,4 bilhões de reais. Até 2006 19,9 bi. 2007 a 2010, 63 bi. E atingimos também o pico aqui em 2020, com R\$ 21,4 bilhões contratados seja crédito de longo prazo, seja crédito de curto prazo, e muito focado também na área rural.

O FNE, nossa principal fonte de recurso, aplicamos também no período de 2003 a 2010 R\$ 44,8 bilhões. Em 2010, chegamos a 10,8. Estamos com orçamento de 9,5 para 2011. Em função do fluxo, temos 9,5 a 9,8. NO decorrer do ano, geralmente há uma variação desses valores, fazemos o ajuste de acordo com o índice de reembolso e também a arrecadação através o IPI e do Imposto de Renda. Esse número poderá ser maior ou próximo a 10,8, que foi o valor aplicado em 2010.

Atuamos em 1.990 municípios. E aqui as contratações de operações do FNE, ou seja, em 2003, tínhamos o menos município, atendemos 68,9 % dos municípios da área de atuação do banco. E, em 2010, chegamos quase a 100%, dá 99,9, ou seja 1.990 municípios, fizemos operações de credito, em 1.989 municipios, um município ficou fora. Infelizmente, estou sem o nome desse município da área de atuação do banco e não teve credito concedido com o recurso do banco. E o Pronaf, atendemos 1.950 municípios, e no Pronaf 1.678, ou seja, a concentração aqui no pequeno produtor.

Como foi comentado aqui, as adequações para não tenhamos um acúmulo, um estoque de dívida em prejuízo dos produtores é a adequação às sazonalidades, às mudanças ocorridas em nível econômico, em nível mundial. O FNE, por exemplo, tem se adequado. Ele começou com taxa variável. À medida que havia necessidade, essa taxa variável era mudada de IGPDI para TR, para TJRP, e hoje, há algum tempo – não estou lembrado do ano -, houve uma mudança. O FNE passou a ter taxas prefixadas e sempre com o maior... O Bezerra está me lembrando que foi a partir de 2001 que os Fundos Constitucionais, a 10177, tiveram mudanças para taxas prefixadas e sempre com a taxa menor para o setor rural. Não adianta tentarmos explicar, todos nós sabemos o porquê de o setor rural ter a taxa mais incentiva. Então, vai de 5 a 8,5. Se o financiamento for concedido fora do semiárido, ele tem uma redução de 15% dessa taxa, se o produtor pagar em dia as parcelas. Se for dentro do semiárido, naquela área de atuação do banco no semiárido, a taxa pode chegar até 3,75, uma taxa bastante reduzida para o crédito rural, para o crédito bancário.

Aqui os demais setores, o setor não rural, essa taxa pode ficar em 5,06 ou 7,5, dependendo do porte desse cliente. No caso não rural, só atendemos pessoas jurídicas. No caso rural, pode ser pessoa física, pessoas jurídicas, associações, cooperativas.

A próxima, por favor.



08/04/2011

Bom, créditos contratados no setor rural, no período de 2003 a 2010 – que estou sempre falando para vocês aqui -, contratamos R\$21,6 bilhões, tendo um pico também ocorrido aqui em 2010 de R\$4,1 bilhões aplicados na área de atuação do banco no crédito rural.

A próxima.

O banco tem se fortalecido muito no atendimento à agricultura familiar. Criamos diversos instrumentos, diversas funções na rede de agências, nas superintendências estaduais, de forma a atender ao maior número possível de agricultor familiar.

Então, temos interesse em incentivar a atividade não agrícola no meio rural. Ou seja, não é somente a atividade agrícola. Temos que agregar valor a essa produção agrícola e o banco incentiva bastante a implantação de pequenas fábricas beneficiadoras de castanha, de doces, na região, na área rural, para que ele agregue valor àquela produção. Apoiar a estruturação de cadeias produtivas e estimular a agregação de valor na região – já falei para vocês. Fortalecer a parceria para viabilizar a assistência técnica e competitiva, aí com os Estados - e o MDA é um parceiro muito forte do banco nessa questão, não há de se negar, é o principal parceiro do banco. Inclusive estamos com uma parceria com o MDA para fazermos dias da agricultura familiar no intuito de trazer os produtores para se enquadrar na lei citada pelo Senador, a Lei nº2249, que tem a remissão de dívidas. Incentivar a utilização de tecnologias de convivência com a seca e combate à diversificação: hidropônia, construção de pequenos açudes, tudo isso o banco incentiva. Recuperar a estruturação dos perímetros irrigados, principalmente na região que são ou administradas ou conduzidas pelo DNOCS ou pela Codevasf.

Bom, dentro da agricultura familiar também, temos aqui o número de contratos realizados no período 2003 a 2010, quando contratamos R\$7,5 bilhões. O pico aqui ocorreu em 2006, R\$1,5 bilhões. Em 2010, contratamos R\$1,1, é um número significativo também para a região. Estamos com uma meta para este ano de R\$1,4 bilhões para contratarmos também na agricultura familiar.

O programa do microcrédito rural é um programa de sucesso. O banco levou a experiência que tivemos com microcrédito urbano para a área rural. Contratamos diversos assessores, que são coordenados por funcionários do banco. Há uma carteira de clientes que esses pronafianos visitam e prestam orientações técnicas ou comerciais, ou seja, empresariais, no sentido de que ele tenha sucesso no empreendimento.

Implantamos esse programa em 2005. Contratamos R\$1,770 bilhão dentro desse programa do microcrédito rural. Hoje, é um programa de sucesso na região Nordeste.

Aqui neste gráfico - rapidamente para vocês -, temos BNB Nordeste, na questão do Pronaf. Temos aqui a quantidade de operações



08/04/2011

contratadas pelo Banco do Nordeste: 67,1%, em 2009 – infelizmente não trouxe o número de 2010 -, de toda contratação realizada, e o valor corresponde a R\$ 59,8. Levando isso para o nível Brasil, dentro do Pronaf, o banco contratou 21,5% de todos os Pronafs do País, ou seja, na nossa área de atuação, mas computando todo o Pronaf nacional, correspondendo a 8,9% do valor nacional.

Microcrédito urbano. Esse número aqui é só para que vocês tenham uma ideia de que o banco também tem uma atuação muito forte com o microcrédito urbano, agindo em toda a área de atuação. Inclusive, houve um pedido do Presidente Lula no sentido de que o banco entrasse com essa experiência no Rio de Janeiro e nós abrimos duas unidades do microcrédito urbano no Estado, uma no Vidigal e não me lembro de qual foi a outra favela. O banco prestou todo esse apoio com todo esse conhecimento que adquiriu no microcrédito urbano. Está sendo bastante exitosa a experiência lá e o banco está atuando com o efeito multiplicador e não de uma forma direta. O objetivo maior é o efeito multiplicador com o *know-how*, com o conhecimento que o banco adquiriu. Então, de 2003 até 2010, contratamos R\$7,4 bilhões, com o pico ocorrendo aqui, em 2010, de R\$2,1 bilhões de reais para o microcrédito urbano.

Só para que vocês tenham uma ideia do perfil da dívida, hoje nós temos um saldo devedor do Pronaf de R\$5,619 bilhões, envolvendo todos os pequenos agricultores na área de atuação do banco, o que corresponde a 42,2% do crédito. Os demais 57,2% dizem respeito ao mini e pequeno produtor que têm R\$7,694 bilhões de reais.

No Pronaf, nós temos 1,614 milhão de operações e com mini e pequeno produtor quase 300 mil operações.

Dentro das regras de renegociação de dívidas, daquelas que nos são permitidas e que temos autonomia de elaborar, o banco tem diversos instrumentos normativos, diversas regras criadas por sua diretoria respeitando as determinações legais para que o cliente possa colocar sua operação em dia, possa regularizar sua situação, tomar novo crédito, se for preciso, e tocar sua vida empresarial. Temos desconto de cheques, por exemplo, para regularização de dívidas. Se ele está com uma parcela vencendo e não tem o recurso, mas tem um cheque da venda de algum produto, o banco faz esse desconto e amortiza seja o atraso, seja a parcela que está vencendo. Fazemos composição e assunção de dívidas, ou seja, se um produtor, por algum problema, está transferindo a propriedade para outro, fazemos a transferência alongando essa dívida de acordo com a nova capacidade de endividamento e de pagamento do novo responsável por esse crédito em função da assunção. Temos o programa de reescalonamento de crédito. Liquidação de dívidas pelo valor presente dos bens penhoráveis, fora o FNE.

O FNE tem uma regra específica com a Resolução nº 30 do Condel. Vou falar sobre isso rapidamente. Nós fazemos isso também com recursos internos do banco. Conversões de operações para o FNE do cliente



08/04/2011

com perda de safra ou localizado em Município em situação de emergência ou de calamidade pública, ou seja, há também essa prerrogativa prevista em lei. Isso está funcionando. Fizemos isso em Alagoas, em função das enchentes do ano passado, fizemos em Pernambuco e, quando há calamidade pública de seca, por exemplo, o banco já está autorizado, com a determinação legal, de fazer essas conversões para o fundo constitucional.

Com relação a instrumentos legais, depende sempre de conversas com a Fazenda. O Dr. Gilson é o grande condutor dessas conversas, dessas análises, desses pedidos do banco, do pedido de produtores, da Confederação Nacional da Agricultura, que participa de reuniões. Entendendo as situações, são editadas leis. Algumas estão em vigor como a Lei nº 11.775. Nós podemos fazer troca de encargos do FNE naquelas operações antigas com taxas variáveis para o pré-fixado, reclassificação de operações para o fundo constitucional, como citei anteriormente, no caso de calamidade ou dívidas contratadas de até R\$200 mil de operações do FAT, ou seja, há uma regulamentação ainda vigorando.

A lei nº 7.827 também foi regulamentada pelo Condel em abril do ano passado, permitindo liquidações de dívida do FNE pelo equivalente financeiro dos bens penhorados, ou seja, aquilo que estamos executando, que vamos alcançar no final do processo, nós podemos antecipar negocialmente com o cliente, trazendo o valor desse bem para um valor presente e ele liquidar essa dívida do fundo constitucional, limitado a uma redução de até 70% dos encargos normais dessa operação. Foi estabelecido pelo Condel um piso de 30% da dívida autorizada pelos encargos normais. Se os bens derem inferior a 30%, o cliente tem que nivelar esses 30%. É um piso que foi estabelecido.

Também está em vigor a Resolução 3.899, que trata da hortifruticultura e do Vale do São Francisco. O cliente pode fazer a adesão até 30/04 e renegociar até 30/06. Há a Lei 2.249, que trata de remissão de dívidas até R\$10.000,00 e liquidação com rebate até 85% para dívidas de valor superior a R\$10.000,00.

Só para mostrar, rapidamente, para vocês a última transparência. O público alvo, como o Senador disse, são os minis, pequenos e médios produtores rurais, cooperativas e associações, ou seja, uma cooperativa com mil cooperados, ou associações com uma quantidade X, eu divido aquela dívida que foi contratada com aquela cooperativa com aqueles cooperados ou associados e as operações contratadas até 15/01/2001 pelo valor original de até 35 mil reais.

O art. 69 dessa lei prevê a remissão da dívida cujo saldo devedor atual chegue até R\$10.000,00, ou seja, ao calcular essa dívida pelo critério dos encargos normais, se ele ficar inferior a R\$10.000,00, automaticamente o cliente tem a sua liquidação efetivada com base nessa lei. O banco só faz comunicar por carta. Nós estamos fazendo isso aí e esperamos concluir todo esse



08/04/2011

processo de remissão até 30/06, apesar de a lei permitir que o banco faça isso até o fim do ano.

O art. 70... Nós temos liquidação de dívida cujo saldo devedor atual seja superior a R\$10.000,00, ou seja, o cliente poderá ter o rebate se ele estiver no semiárido de 85%, ou seja, só paga 15%, e fora do semiárido, de até 45%. Temos também os pronafianos do grupo B, operações contratadas até 2006. O art. 71 prevê se a dívida foi contratada até 2004 e um valor até R\$1.500,00, ela será também remitida, ou seja, será liquidada.

O art. 72 o cliente poderá liquidar com um rebate de até 60% do valor da dívida se ela tiver sido contratada de 2005 a 2006. E temos também a possibilidade de desconto adicional.

Estamos montando um grupo, coordenado pelo MDA, que temos de pôr para funcionar para revermos alguns casos de dívidas superiores a esses patamares aqui. Estamos com um trabalho muito grande na região. Estamos fazendo mutirões em toda a rede de agências, inclusive há funcionários do banco que estão indo a campo. Estamos preparando o cronograma do dia da agricultura familiar para trazermos o máximo possível de produtores para liquidar essa dívida com esse rebate, porque não existe incentivo maior do que esse, ou seja, pagar somente 15% da dívida no caso do semiárido ou 65%, se estiver fora do semiárido.

Acho que foi a última. Acabou?

Era só isso. Eram só informações gerais para que a gente possa entrar no debate.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz.Bloco/PDT – RO) – Eu também agradeço ao José Andrade, superintendente da área de recuperação de crédito do Banco do Nordeste, que fez uma explanação bastante importante para nós.

Eu lembro às pessoas que estão assistindo a essa reunião e que gostariam de participar do nosso debate que façam perguntas pelo 0800612211 ou twitter@alosenado e na página do Senado www.senado.gov.br/senado/alosenado.

Agradeço a presença, também, do Senador Ivo Cassol, que veio nos ajudar nos trabalhos nesta tarde.

Passo a palavra ao nosso colega José Alves Bezerra, gerente executivo do Banco da Amazônia (Basa).

O SR. JOSÉ ALVES BEZERRA — Cumprimento todos os presentes, agradecendo o convite ao Banco da Amazônia.

Primeiramente, quero, em rápidas palavras, falar da atuação do Banco da Amazônia na condição de braço financeiro do Governo Federal na região, onde ele vem atuando fortemente na questão da infraestrutura da região, questão de energia, questão de comunicação, na infraestrutura em termos



08/04/2011

gerais. Nas grandes obras do Governo Federal, do PAC, o Banco da Amazônia está presente na região, seja utilizando recursos do FDA, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, seja do FNO, seja do BNDES. Em regiões onde ele tem presença e não pode aplicar o FNO, ele está fazendo *mix* com recursos do FDA mais BNDES. Uma presença bastante importante, porque grandes grupos empresariais estão se dirigindo para a nossa região, região amazônica, que, como a gente sabe, é uma das últimas fronteiras do País que está em desenvolvimento.

O Banco, na área de fomento, principalmente com destaque no setor rural, tem uma presença bastante expressiva. Ele responde pelo crédito de fomento na região com 83% de todo o crédito de investimento que é aplicado na região. O restante, 17%, está pulverizado nos demais agentes financeiros.

Nós atingimos 94% dos municípios da região. Não temos presença em outros porque sabemos que a dificuldade é muito grande, embora a presença física do Banco não chegue a 80%. Mas temos braços para chegar a regiões em que, fisicamente, o Banco não está presente.

Essa atuação fez com que, em 2010, o Banco aplicasse na região, na área de fomento, R\$7,3 bilhões, das diversas fontes que eu já citei.

No atendimento na área de fomento do setor rural, o miniprodutor é o carro-chefe do Banco. A gente sabe que o miniprodutor é aquele produtor que está menos protegido. A OCB é que deve ter dados bem concretos, principalmente numa região carente, como a região amazônica, onde o setor de transporte é muito grande, o Amazonas, como sabemos, é um Estado com dimensões continentais onde o transporte é basicamente por via fluvial.

Então, temos toda uma gama de dificuldades, mas, mesmo assim, o Banco da Amazônia, através do Pronaf, tem equipes itinerantes que se deslocam para aquelas regiões, onde cooperativas, associações de produtores se organizam, o Banco faz o cadastro e depois faz a liberação do crédito, levando até o dinheiro em espécie. Chegando lá, o produtor já recebe o seu dinheiro em espécie, porque não tem como fazer. Ou então fazemos alguma coisa correspondente. Até com os Correios nós fazemos a transferência, para que o dinheiro chegue ao produtor.

Essas dificuldades que nós enfrentamos repousa também na assistência técnica, porque o crédito, nós sabemos, é apenas um elo dessa cadeia. Mas o Banco também destina, do seu orçamento, recursos próprios, recursos para a assistência técnica. Ele faz convênio com a assistência técnica para comprar veículos, motos, combustíveis, peças, tudo de forma que, em parceria com os órgãos da assistência técnica estadual ou cooperativa de técnicos, a assistência técnica chegue ao produtor, porque sem assistência técnica o miniprodutor dificilmente vai ter êxito. As dívidas vão sempre se acumulando e não vai se chegar a um denominador enquanto não mudar o panorama que já foi citado pelo CNA.



08/04/2011

Os mecanismos de renegociação que o Banco hoje utiliza para buscar uma solução para a inadimplência, primeiro reposam nas leis, porque o banco é muito alavancado com recursos do fundo constitucional, e só por meio de leis é que podemos estabelecer alternativas, oferecer alternativas ao miniprodutor, com redução de encargos financeiros ou outra questão.

À Lei nº 11.775, que veio do projeto de transformação da MP 432, o banco procurou dar a maior divulgação possível, seja por intermédio das cooperativas, seja por intermédio da associação, da assistência técnica, todos os meios de comunicação foram utilizados, de forma que nenhum produtor que estivesse enquadrado naquelas condições definidas na lei deixasse de ser beneficiado. Através do rádio... Às vezes até preocupado com a questão do sigilo bancário, procurava-se ter toda uma assessoria jurídica para não expor o produtor, dizendo que havia um benefício, que a lei estava aprovada pelo Congresso e havia aqueles benefícios, que havia questão de prazo. Logo no início da lei, fui pessoalmente numa rádio AM, que tem uma penetração muito grande no interior do Pará, para divulgar. Então, muitas coisas foram feitas.

Agora, quando nós não temos um mecanismo legal para fazer a renegociação de dívida, nós nos valemos inclusive da Lei nº 7.827, dos Fundos Constitucionais, que outorga poderes, embora limitados, para renegociar dívidas. Isso nós fazemos. Temos regra própria, que foi pela Lei nº 11.945, que outorgou poderes aos agentes financeiros para estabelecer regras. Mas essas regras não implicam enxugamento da dívida. Não implicam, como fazia a 11.775, que permitia prazos maiores, recálculo, expurgando inadimplência, então, nós ficamos um pouco limitados.

Quanto se trata de outras fontes, temos as regras do BNDES, quando utilizamos fonte BNDES. Quando a fonte é própria, temos nossas regras, como também exaustão patrimonial, ou seja: operações de inadimplência, que tem aquele patrimônio, que está vinculado, que está executado, também fazemos esse valor presente de uma dívida, de uma garantia, que poderia ser executada, convertida em cinco, seis, oito, dez anos.

Então, a princípio, existem mecanismos, mas sempre limitados porque lidamos muito com recursos públicos. Os recursos públicos limitam nossa atuação.

Na Lei nº 12.249, que o Andrade, do BNB, expôs, quanto àqueles descontos dos arts. 71 e 72, que atingem a Região Norte e Nordeste, o art. 69, quando aumenta o valor que é até 10 mil, ele já não chega na Região da Amazônia, só na região da atuação da Sudene. Na região da atuação da Sudam já não atende. Acho que seria interessante que fosse examinada essa questão também. Por que só na região da Sudene chegou até 10 mil, e na região da Sudam só até 1.500 reais? Deixo essa indagação.

O Banco da Amazônia, em 2010, negociou, basicamente por mecanismos internos aprovados pela Diretoria, quase 1 bilhão de reais do setor



08/04/2011

de fomento. Esses mecanismos poderiam... Esse público-alvo poderia ser bem maior se não tivéssemos, como eu falei e repito, nossa atuação limitada em função das regras que são estabelecidas com os recursos públicos, porque nosso carro-chefe é o FNO, BNDES e FDA.

Fico à disposição para qualquer questionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, José Alves Bezerra, pela sua explanação e passo a palavra ao Sr. João Guadagnin, Diretor de Financiamento e Proteção da Produção Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O SR. JOÃO GUADAGNIN – Srs. Senadores, senhoras e senhores, muito obrigado pela oportunidade. Discutir endividamento, embora seja uma coisa dolorosa, é importante e necessária. Nós temos que fazer isso. Agora, quando se trata de agricultura familiar, de Pronaf, não é tão desagradável assim, porque a agricultura familiar brasileira é a que mais paga. A inadimplência no Pronaf é a das mais baixas em todo o sistema de crédito que nós temos hoje no Brasil. Nós temos cerca de 3,3 milhões contratos no Pronaf, hoje, em todas as modalidades, todas as linhas de custeio e de investimento, e o índice de inadimplência médio nacional não chega a 4%. Isso é menor do que qualquer outra linha ou programa de crédito. A agricultura familiar brasileira toma crédito e paga o crédito, são bons pagadores.

É claro que, por trás disso, existem alguns mecanismos especiais e importantes que foram construídos, especialmente de 2003 para cá, com a parceria dos agentes financeiros, especialmente os três: Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste, que são realmente amigos da agricultura familiar e implementaram mecânicas que facilitam o acesso em condições adequadas, desburocratizadas, com baixo custo de intermediação, de acesso ao crédito.

Outro aspecto é a grande parceria que o Ministério conseguiu construir, especialmente com o Ministério da Fazenda, mas também com o Ministério da Integração Nacional.

Nós temos hoje, nos três fundos constitucionais, grandes parceiros da agricultura familiar. Hoje nós temos no Pronaf 27 bilhões emprestados. A carteira do Pronaf atual são 27 bilhões; uma boa parte desse recurso é fundo constitucional de financiamento.

Existem também, com um papel de destaque do porquê dessa inadimplência bastante comportada, eu diria, as políticas que foram implementadas para auxílio aos agricultores. O seguro da agricultura familiar, o Proagro Mais, é compulsório no Pronaf. Todo agricultor que contrata financiamento de custeio para cultura zoneada ou não zoneada, inclusive irrigada, tem obrigatoriamente de aderir o Proagro, tem obrigatoriamente quando é zoneada, quando está no zoneamento agrícola, ele pode optar por isso, mas a



08/04/2011

maior parte dos financiamentos de custeio, talvez 95% do que nós realizamos, só o custeio pecuário praticamente que fica fora disso, tem a proteção de um seguro importante, que cobre 100% do valor financiado mais até R\$3,5 mil da receita bruta líquida esperada.

Então, não só cobre o financiamento, como também uma margem de renda, na verdade, para o agricultor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Só por condições climáticas ou também por frustração de preço?

O SR. JOÃO GUADAGNIN – Por condições climáticas é o seguro da agricultura familiar, cobre seguro multirriscos, inclusive doenças de difícil controle, de controle não conhecido, mas basicamente são fatores climáticos.

Para garantia de preço, nós temos outro mecanismo, que se chama Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar ou PGPAF. Toda vez que o preço de mercado se situar abaixo do custo de produção, o agricultor, quando vai pagar no banco, tem um desconto proporcional a essa redução. Quem calcula o custo de produção é a Conab; ela faz isso anualmente; existe um comitê gestor em que o Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro, a Conab, o Ministério da Agricultura e o MDA estão presentes; define-se isso nesse comitê gestor; o Conselho Monetário Nacional também avalia essas propostas de preço de garantia, e, a partir disso, o agricultor que conseguir produzir abaixo desse custo está garantido em termos das variações de preço. Toda vez que o preço ficar abaixo do custo de produção, ele tem uma diminuição proporcional a essa redução no financiamento.

Então, de um lado, protegemos razoavelmente bem em relação a clima e temos um excelente mecanismo de proteção em relação a preço.

O inconveniente ainda do PGPAF, do Programa de Garantia de Preços, é que ele garante o custo de produção, ou seja, o custo de produção variável. Seguramente, nós precisaremos avançar um pouco, para que se possa garantir a renda do agricultor – o custo de produção não assegura a renda, mas o custo apenas. Talvez, devêssemos pensar em avançar, quem sabe, nessa próxima safra já, neste caminho: garantir, além do custo de produção, algo mais que garanta a renda para o agricultor.

A outra mecânica que assegura essa baixa inadimplência são as taxas de juros. Hoje, no Pronaf, temos as melhores taxas de juros do mercado. A grande linha de financiamento que temos para investimento, com 10 anos de prazo – chama-se Pronaf + Alimentos -, implementada há cerca de 2 anos, oferece crédito aos agricultores com 2% de juros.

É um volume interessante para a agricultura familiar – R\$130 mil, dez anos, três anos de carência -, que dá condições aos agricultores de reconverterem a sua propriedade, adequarem a propriedade a atividades econômicas mais rentáveis, a adquirirem máquinas, a corrigirem o solo, a implementarem culturas permanentes, pomares, enfim, diversificarem a



08/04/2011

produção. Isso tem sido importante no processo de modernização, de atualização, da agricultura familiar.

Além da taxa de juros – já falei e quero refrescar –, há a parceira dos bancos não só com os agricultores, mas com os movimentos sociais. As organizações dos agricultores familiares – a Fetraf, a Contag, o MPA, Via Campesina – dialogam permanentemente com os agentes financeiros, com os serviços de assistência técnica, com os governos estaduais.

Estes movimentos são importantes, porque, hoje, mais do que nunca, eles entendem que não é só o fato de dar o crédito, mas é muito importante tomá-lo e pagá-lo. Quer dizer, é um conceito que, no começo do Pronaf*, muitos ainda não tinham – eventualmente um ou outro ainda não tem –, mas a maior parte das pessoas que lidam com a agricultura familiar, especialmente a representação dos agricultores, entende que é importante tomar o crédito e pagar no prazo pactuado, ou seja, manter a adimplência.

Do que precisamos para avançar mais na agricultura familiar? Seguramente, da assistência técnica. Alguns companheiros já falaram da Mesa aqui que talvez o calcanhar de Aquiles do programa talvez ainda seja o número de agricultores, em que a assistência é deficiente e insuficiente, não tendo a qualidade e a quantidade necessária.

Essa assistência técnica, para a agricultura familiar especialmente, precisa ter uma visão sistêmica, a visão do todo da propriedade, a busca da diversificação produtiva, da melhor utilização dos recursos naturais, especialmente o solo e a água, a melhor utilização da mão-de-obra. Isso ainda precisa ser incorporado entre os extensionistas. Precisamos de mecanismos para fazer isso.

Por último, há uma ação importante que a Comissão pode auxiliar: estimular um trabalho feito com a coordenação do Banco Central, mas com a participação do Gilson, de vários companheiros do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional: o novo *record*.

Um dos problemas do Brasil, quando se discute endividamento agrícola, é de onde existem esses registros. Eles podem só estarem nos agentes financeiros. Por *n* razões, especialmente a lei que veda a quebra do sigilo bancário, temos dificuldades de conhecer realmente quem é que está endividado, onde é que está o endividamento, por que o crédito foi tomado e não foi pago, qual a causa do endividamento.

Então, temos um registro de operações de crédito dinâmico que não só registre o momento da contratação, mas da evolução desse registro, ou seja, quem pagou no prazo, quem deixou de pagar, quem alongou, por quanto tempo alongou, se as condições do contrato foram mantidas ou não na renegociação. Quanto a isso, não temos transparência.



08/04/2011

E falando em transparência, é importante que se diga: há que se usar não só na agricultura familiar, mas penso que em toda a agricultura, mecanismos que dêem mais transparência a quem toma crédito.

Nós precisamos georeferenciar as propriedades, conhecer as áreas efetivamente plantadas e, quem sabe, no próprio registro de operações de crédito do Banco Central, tenhamos as coordenadas geográficas das áreas plantadas, para que se evitem eventuais sobrefinanciamentos ou endividamentos exagerados para a mesma unidade de área. Hoje, como muito bem colocou a Rose, não se conhece exatamente qual é o endividamento do agricultor, porque ele não tem crédito só nas operações com um banco, ele tem com vários bancos, e até com *tradings*, e essa transparência não existe.

Então, dar mecanismos de transparência do endividamento, seguramente vai assegurar que os créditos crescerão para frente e que a inadimplência será reduzida.

Muito obrigado, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Ao final da explanação, nós teremos as perguntas. Agradeço ao Sr. João Guadagnin, do MDA, pela sua explanação.

Passo a palavra ao Sr. José Carlos Vaz, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, senhoras e senhores, senhores componentes da Mesa, nós fomos incumbidos, pelo nosso Presidente Aldemir Bendine, de transmitir a sua saudação e ressaltar e reforçar o compromisso que o Banco do Brasil tem com o financiamento do agronegócio brasileiro e prestar contas da forma mais cristalina a respeito da sua performance e de buscar sempre aperfeiçoar os seus procedimentos operacionais de forma a atingir os objetivos da política do Governo para o setor e atender as ansiedades e expectativas dos produtores rurais.

Quando a gente fala em endividamento, a gente tem que remeter a questão de estoque de fluxos. Muitas vezes nós nos deparamos e discutimos tantos os estoques que esquecemos de tratar como vão ser os novos fluxos. E quando a gente resolve aquele estoque, o fluxo novo que aconteceu virou um novo estoque. E acaba se perpetuando essa situação de endividamento, prejudicando muitas vezes a vida de uma grande quantidade de produtores, que acabam até saindo da atividade ou deixando de investir adequadamente no suporte tecnológico da sua propriedade, vivendo insegurança e deixando de, talvez, se dedicar mais à gestão do seu negócio para poder cada vez mais profissionalizá-lo e procurar conviver com certos atributos da atividade, que é a dependência do clima, dependência de questões biológicas, dependência de um mercado em que os produtores são milhões e os fornecedores e compradores são contados em pouca quantidade, em que há uma grande disparidade de



08/04/2011

conhecimento da realidade do mercado entre o produtor e entre os demais elos da cadeia produtiva, onde o produtor, na maior parte das vezes, é a própria mão de obra e a propriedade, é o gerente da sua mão de obra. Então, se choveu, ele tem que plantar; se parou de chover, ele tem que colher, e muitas vezes ele não pode, na sua propriedade, sair e buscar uma Internet, um telefone, para saber o que está acontecendo no mercado e tomar melhor posição a respeito.

É lógico que temos visto, nos últimos anos, um extraordinário crescimento na capacidade de gestão dos custos da parte do produtor, na absorção de tecnologia, um dos mais modernos que os produtores têm feito. Eles têm conseguido, com ganho e eficiência, compensar uma trajetória histórica que é a redução dos preços agrícolas ao longo do tempo. Os consumidores e os elos da cadeia se apropriam dos preços da produção agropecuária, mas os produtores brasileiros, com muita eficiência, conseguem compensar isso com aumento da produtividade. Mas, por outro lado, usando mais tecnologia, eles se tornam mais frágeis a quando ocorrem perdas expressivas de renda por questões climáticas ou problemas do mercado.

Pensando um pouco em fluxo, é preciso prestar contas de como o Banco do Brasil vem atuando com o setor. Temos R\$75 bilhões na carteira de agronegócios do Banco do Brasil. Contratamos operações anualmente com 1,6 milhão produtores rurais. Nós somos 60% do sistema nacional de crédito rural, e agora, na safra 2010/2011, fechamos, em 31 de março, a contratação de R\$28 bilhões em custeio, investimento, comercialização, para pequenos, médios e grandes produtores e empresas do setor, representando um crescimento de 10% sobre o que foi desembolsado do mesmo período da safra anterior. Temos certeza de que fecharemos a safra com esse crescimento significativo. Será, mais uma vez, pelo terceiro, quarto, quinto ano consecutivo, o recorde de financiamento rural no Banco do Brasil. Existe um compromisso da atual Diretoria do Banco do Brasil de que cheguemos ao término da safra 2011/2012 com um crescimento de 30% do desembolso sobre a safra que vamos fechar, 2010/2011.

Reconhecemos, da parte do Governo Federal, iniciativas e realizações bastante eficientes no que se refere à gestão do fluxo da safra. Como o Dr. Guadanim enfatizou, os agricultores familiares contam com mecanismos acoplados aos seus financiamentos que lhes permitem gerenciar seu fluxo. Eventualmente havendo uma perda de receita, eles conseguem ter uma receita adicional, via subsídios do Governo, para cumprir seus compromissos e nem sempre precisam de prorrogação. Mas se houver necessidade de prorrogação, assim será feito.

Também reconhecemos, do lado da agricultura empresarial, a revitalização do Proagro, que serve tanto para a agricultura familiar quanto para a empresarial; o crescimento do subsídio dos instrumentos que suportam o seguro agrícola; as opções e os prêmios via Conab e até o suporte que o



08/04/2011

Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura vêm dando ao Banco do Brasil para desenvolver instrumentos de mercado para poder permitir ao produtor sustentar seus preços.

Além disso, o Conselho Monetário Nacional permitiu aos bancos ter domínio sobre um conjunto de instrumentos que permite fazer as prorrogações na hora em que elas se tornam necessárias.

A não realização de uma prorrogação no momento necessário tem diversas consequências: causa a perda de eficiência, a perda de resultado para o agente financeiro, mas principalmente gera um aumento na classificação de risco do produtor rural, levando a uma dificuldade de ele tomar novos créditos e gera aumento das provisões que os bancos têm de fazer sobre essas dívidas. Ou seja, criam-se uma série de dificuldades. Muitas vezes, pode levar a uma inadimplência, que leva à descaracterização daquela operação do crédito rural. Consequentemente, se o produtor vier a renegociar essa dívida, ele não poderá utilizar os instrumentos de crédito rural. E a atualização monetária passará a ser feita com base no custo do dinheiro no mercado bancário e não no custo do dinheiro no crédito rural. Por isso que foi muito oportuna a iniciativa do Governo de disponibilizar esses instrumentos para gerirmos o fluxo da safra, que nós estamos utilizando desde o ano passado.

Voltando à questão do estoque, poderíamos dizer que as dívidas rurais brasileiras têm três grandes grupos. Existem “n” classificações – familiar, empresarial, nordeste, sul, centro-oeste –, mas vamos trabalhar com o conceito de três grandes grupos.

Temos as dívidas de 1995 a 2000, que, em sua maioria, estão sob gestão do Tesouro Nacional e sob condução da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, contando com o suporte operacional do Banco do Brasil. O Banco vem cumprindo a legislação e a regulamentação aplicáveis, buscando fazer as renegociações e as cobranças, que têm de ser feitas conforme a situação.

Estamos cada vez mais aprimorando nossos processos operacionais, principalmente a partir do ano passado, quando nosso Conselho Diretor aprovou uma série de iniciativas para estruturarmos melhor os sistemas e as agências poderem operar nesses procedimentos, e estamos sempre à disposição para prestar informações aos produtores, fazer interlocução com a Secretaria do Tesouro Nacional e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Se, eventualmente, tivermos cometido alguma falha, estamos à disposição por meio de nossas agências e dependências para corrigirmos e implementarmos a forma correta de ser fazer. São milhares de produtores e, no todo, no conjunto, temos absoluta convicção de que estamos seguindo exatamente o que a legislação e a regulamentação nos determinam, mas estamos prontos a nos corrigir, se essa legislação e essa regulamentação forem ajustadas.



08/04/2011

O segundo e o terceiro grupos são formados pelos produtores que tiveram problema de renda de 2004 a 2007, que se dividem em dois subgrupos: aqueles que renegociaram no período de 2004 a 2007 e suas dívidas estavam ainda dentro do crédito rural, e aqueles que ainda não renegociaram suas dívidas e, portanto, suas dívidas perderam a característica de crédito rural.

O segundo grupo daqueles que renegociaram em relação ao que negociamos em 2007, que foi o auge dessa carteira, e o presente momento, houve uma redução de 60% do valor prorrogado, por conta substancialmente de pagamentos por parte dos produtores.

Temos vivenciado, de julho do ano passado para cá, uma antecipação no pagamento dessas dívidas. Nós estamos tendo retorno nas nossas carteiras por pagamentos voluntários dos produtores superiores a 10% do que era esperado, do que seria cobrado contratualmente. Os produtores estão aproveitando o aumento de renda para fazer o resgate das suas dívidas antecipadamente e adquirir capacidade para fazer novos investimentos na atividade.

Para esse grupo de produtores, temos nos valido dos instrumentos que o Governo Federal dispôs. Nós fazemos a análise caso a caso, procuramos ser proativos, sabemos que esses produtores são mais frágeis do que aqueles que estão menos endividados, procuramos entender como será a renda que será colhida, e se ele poderá fazer frente aos seus compromissos. Se não, criaremos mecanismos para alongar, diluir esses compromissos, sempre com as devidas justificativas técnicas. Fizemos isso para os produtores do Mato Grosso, do Rio Grande do Sul no ano passado, com aqueles que estavam endividados. Conseguimos com isso assegurar bom comportamento dessa carteira prorrogada. Para aquele grupo que não renegociou em 2004 e 2007, que tiveram suas dívidas então descharacterizadas como sendo de crédito rural, o banco tem feito várias propostas de renegociação ao longo dos anos. E, agora, vencendo em 30 de abril de 2011, está em curso grande esforço de renegociação dessas dívidas em que nós nos valemos de outra iniciativa do Ministério da Fazenda em que se reviu a regra de tributação feita sobre as renegociações de dívidas originalmente contratadas com produtores rurais.

Vamos dizer que o produtor tivesse uma dívida de 100 reais e fizesse uma renegociação para pagar em 10 anos, sem entrada. De imediato, o banco, na regra antiga, teria um desembolso à Receita Federal de 40 reais, por conta de impostos. O Ministério da Fazenda, sabendo que isso causava dificuldades no processo de renegociação, promoveu um ajuste nessa regra, e hoje fazemos o recolhimento sobre aqueles valores efetivamente pagos pelos produtores. Essa foi a grande medida que permitiu então, à nossa área de reestruturação de dívidas, reestruturação de ativos operacionais, oferecer aos produtores este novo modelo de negociação que vence agora em 30 de abril e que apresentamos para as principais federações de agricultura dos Estados,



08/04/2011

para sindicatos rurais, lideranças dos produtores. Houve o reconhecimento de que, dentro da configuração que aquela dívida teve e que deixou de ser dívida de crédito rural, era um mecanismo adequado; e temos percebido, da parte das lideranças setoriais, um incentivo a que os produtores aproveitem os bons momentos de renda neste ano para regularizar sua dívida, retomar sua capacidade de investimento e de tomar crédito.

Voltando ao fluxo, nós temos nos valido dos instrumentos disponibilizados pelo governo e podemos citar casos concretos em que pudemos, sem necessidade de resolução do Conselho Monetário Nacional, dar andamento adequado às dificuldades dos produtores. O caso das catástrofes ocorridas na serra fluminense: em questão de 10 dias o Banco do Brasil fez prorrogação de dívidas de todos os produtores rurais da região por três meses; depois, em conjunto com o MDA, Ministério da Fazenda, Banco Central, criamos procedimentos diferenciados para o Proagro, o governo criou linha especial de atendimento emergencial para o qual o Banco do Brasil fez um processo operacional diferenciado; e fizemos modelos de prorrogação mais ágeis para poder resolver aquela situação. Os mesmos mecanismos foram aplicados agora recentemente aos municípios do litoral de Santa Catarina e Paraná, e alguns municípios do Rio Grande do Sul que também tiveram catástrofes por conta do excesso de chuvas. E os mesmos mecanismos foram recentemente aplicados ao Estado do Mato Grosso do Sul, em particular na região do Pantanal, onde desde ontem, desde esta semana, estamos fazendo linha especial de retenção de animais para possibilitar capital de giro para esses produtores com dificuldade de movimentar seus rebanhos.

Então os mecanismos estão disponíveis, estamos trabalhando no fluxo, é extremamente salutar esta discussão que estamos fazendo aqui agora para aprimorarmos o fluxo, como a Rose enfatizou, e também buscarmos formas de diluir esses estoques, sempre com a expectativa de que esses estoques não venham a se repetir. Um caminho interessante é que as futuras renegociações que venham a ser necessárias sobre esses estoques incorporem aos financiamentos os mesmos mecanismos que temos para operações novas, de seguro agrícola, da Proagro, de Pgpaf, de prorrogação automática, de forma que possamos gerenciar a capacidade de pagamento do produtor ao longo do tempo.

É preciso colocar claramente que renegociar dívidas não é a melhor solução; é uma solução de momento que dá tranquilidade ao produtor. Mas a cada vez a margem do produtor fica menor; a cada vez ele precisa de mais eficiência. Muitas vezes ele não tem capacidade de gerar margem suficiente para cumprir com os compromissos do custeio daquela safra e das parcelas de investimento que estão vencendo com a safra, mais as das prorrogações.



08/04/2011

Cumprir com os compromissos de custeio daquela safra, das parcelas de investimento que estão vencendo com safra, e mais as das prorrogações. Por isso que é essencial que a gente consiga criar, talvez não compulsoriamente, mas via convencimento, que os produtores rurais de médio e grande portes passem a usar mecanismos similar aos que são feitos na agricultura familiar. Na agricultura familiar, com 80, 90% das necessidades de recursos do produtor são próprios ou do próprio Pronaf, dando-se o Proagro e PGPAF e mais o adicional, se mantém a situação do produtor, o produtor não precisa prorrogar praticamente; ele teve um problema, ele liquida a dívida e segue a vida.

Nos demais casos, nós precisamos incentivar. Por exemplo: a região Sul. É certo que a região Sul vai ter uma seca a cada cinco anos. Alguém tem dúvida com relação a isso? Podem ser duas; podem ser uma grande e uma pequena; podem ser três; mas vai ter. Então, todo o ano o produtor deve aproveitar as suas boas safras e se capitalizar, ou para capitalizar instrumentos que vão permitir a ele enfrentar a seca que virá com certeza. Menor ou maior, só no Rio Grande do Sul, mas ainda tem o Mato Grosso do Sul, mas virá.

E dificuldades de comercialização. Nós temos uma política de preço mínimo, instrumento de governo, temos instrumentos de mercado que podem ser desenvolvidos aí. Então, se o produtor, valendo-se do seu sindicato, das suas federações cada vez mais tiver informações sobre o que ocorre no mercado, consultoria das suas entidades representativas para saber se posicionar no mercado, adotar cada vez mais uma estratégia de comercialização diversificada, fazendo vendas antecipadas, fazendo trocas, fazendo vendas na colheita, ou seja, não concentrando todas as suas fichas num determinado momento, ou fazendo todo em troca, ou fazendo numa venda antecipada, ou deixando tudo para colheita, ele pode se segurar. E mais, se usar mercados futuros de opções. Nós temos uma bolsa robusta em milho e soja, tem boi e café, que é a BM&F. Mas nós temos condições de fazer proteções em bolsas estrangeiras. Existem mecanismos, existem subsídios dos governos estaduais e do governo federal que podem, então, numa discussão de um modelo estrutural novo, muito focado também, em que haja contrapartida de todos os interessados, ou seja, não somente o governo colocando dinheiro, mas também o produtor, num momento de boa renda, e também aqueles que se beneficiam: os bancos, as *trades*, os fornecedores também devem colaborar com a constituição desses mecanismos de garantia. Que a gente consiga acabar com esses estoques e passe a ter um fluxo, um ciclo virtuoso cada vez maior.

Eram essas as nossas considerações e estamos à disposição. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – (*intervenção fora do microfone*) Qual o índice de inadimplência...



08/04/2011

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Ah, desculpe-me Senador. Foi muito oportuno o senhor mencionar isso, porque eu não poderia deixar de falar de duas coisas, entre elas a que o senhor está mencionando.

A nossa inadimplência, mesmo com a carteira prorrogada, incluída que está em extinção, está finalizando, está por volta de 1,2% da carteira inteira. Está chegando próximo do nosso melhor índice, que foi 0,8% há dez anos. E a isso queria reforçar e deixei de falar. Nós podemos dar um depoimento claro, porque nós somos o maior credor dos produtores rurais brasileiros, de 1,6 milhão de clientes. Porque o produtor rural brasileiro é bom pagador. Se a gente souber se proativo, na maior parte das vezes a situação que ele tem é um problema climático, um problema de mercado, um problema que ele até poderia ter gerenciado melhor. Mas muitas vezes vai além, não é questão de índole, de má fé; é uma questão de enfrentamento daquela situação. Então, o produtor rural é um bom pagador. Agora, quando não se dá um tratamento tempestivo à sua situação, aí sim, ele pode entrar nem processo em que ele se afasta das boas práticas e aí nós vamos perder, infelizmente, esse produtor, o Brasil perderá esse produtor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Agradeço ao Sr. José Carlos Vaz, do Banco do Brasil, pela sua explanação e passo a palavra ao Sr. Gilson Bittencourt, Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Antes, alertando aos nossos telespectadores da TV Senado que queiram participar deste nosso debate fazendo alguma pergunta para algum dos nossos palestrantes, que entrem em contato pelo telefone 0800612211 ou twiter@alosenado, ou então pela página do Senado www.senado.gov.br/senado/alosenado.

Estamos, nesta tarde de hoje, Senadores, iniciando uma nova etapa, fazendo uma interação, Senador Blairo, com a população brasileira. É uma experiência nova, estamos iniciando hoje, por meio da Comissão de Agricultura.

Com a palavra, o Sr. Gilson Bittencourt. (Pausa.)

Pois não, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Só para registrar, em tom de brincadeira, é claro: vê-se que, quem fala por último é quem tem a chave do cofre, não é? Todo mundo falou, falou, e agora quem vai falar é quem banca, quem pode prorrogar, não pode, quem pode fazer, quem pode dar mais dinheiro. É assim que funciona. (Risos.) Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) - Exatamente, inclusive é quem tem que cuidar do cofre como um todo, e não só o da Agricultura. (Risos.)

O SR. GILSON BITTENCOURT – Boa tarde, Senador. Gostaria de agradecer esta oportunidade de debater aqui, principalmente debatendo de uma forma aberta, onde vários entes do Governo ou do setor bancário estão



08/04/2011

colocando... E o mais interessante: não estamos num momento de crise. Acho que são momentos importantes de se discutirem soluções, porque todos estão muito mais abertos.

Então, eu gostaria de agradecer e cumprimentar, em seu nome, os demais Senadores, convidados e participantes deste debate.

Primeiro, o Ministério da Fazenda acompanha, sim, a questão do endividamento, da mesma forma que acompanhamos a questão do crédito. E aí já vou começar pegando num ponto do debate iniciado aqui: a mistura que se faz quando se fala em crédito rural, entre investimentos ou créditos correntes e endividamento.

Em geral, quando se fala em endividamento, pega-se custeio corrente do ano, pegam-se os investimentos que ocorreram nos últimos anos e que estão em situação normal, inclusive com crédito de comercialização, em que o produto está no estoque, soma-se tudo isso e se diz: "O setor rural deve cento e tantos bilhões, cento e poucos bilhões". E, muitas vezes, perde-se um pouco o foco de onde está o problema.

Nós, do Ministério da Fazenda, entendemos efetivamente endividamento como dívidas passadas que, por algum motivo, não foram liquidadas e que foram prorrogadas, e não o vigente. Esse é um primeiro diferencial. Com isso, a gente já diminui, e muito, o nosso problema. Se a gente não faz essa conta, a gente não consegue entender uma realidade atual: como que o Brasil, com todo inadimplemento, tem aumentado a produção ano a ano – este ano acabou de ser anunciada uma safra recorde –, tem aumentado a produtividade, tem aumentado a área plantada, tem aumentado o crédito em número de operações e em termos de valor?

Então, efetivamente, o problema existe – não estou negando o problema, vou tentar reforçar –, mas a gente tem que tentar focar, porque, se não focar, a gente sempre comete o erro de tratar os desiguais de forma igual. Porque há uma questão básica: é que banco não empresta para quem não paga. Em geral, é assim que funciona.

O que a gente tem com isso? Se estou aumentando o crédito, se estou aumentando em valor, alguém está pegando – e a gente está vendo do outro lado, que é a produção. Então, efetivamente, há um conjunto de pessoas, que não é pouco, pelo número de contratos, que está avançando. E, quando começa a se discutir endividamento e a pensar no endividado, a gente tem que pensar no não endividado, porque, em qualquer ação que a gente faz como Governo, a gente tem que pensar em cima dos números que foram colocados aqui: há 98%, 96% de adimplência, e, em qualquer medida que você faz para o inadimplente, você está jogando para o adimplente o debate: "Será que fiz certo em pagar? Será que não seria mais negócio não pagar?" Então, é sempre o cuidado de como tratar a situação de cada problema que precisa ser tratado, senão a coisa não funciona.



08/04/2011

No passado, inclusive, tínhamos um peso mais forte de operações com risco da União. Hoje, basicamente, no crédito rural, temos dois grupos de operações em que a União tem risco.

O primeiro grupo é aquele em que o banco empresta sem se preocupar muito se o devedor vai pagar ou não, porque não é o patrimônio do banco que está sendo afetado - não que ele não tenha suas responsabilidades, mas é diferente. É o Pronaf B, destinado ao microcrédito, que creio hoje seja de R\$2 mil por produtor a cada dois anos.

O segundo grupo é o Pronaf destinado à reforma agrária.

O restante todo do Pronaf, talvez mais de 80% do valor do Pronaf, e todo o crédito para agricultura empresarial é risco bancário. A União banca, sim, equalização de juros; banca, sim, o *del credere ou spread* bancário, mas é uma operação de risco bancário. Então, o banco vai emprestar para quem efetivamente ele acha que vai pagar.

Acho que vai pagar. Então isto muda um pouco o foco e mesmo desta forma temos um crédito crescente. Não basta mais o Ministério da Fazenda, da Agricultura dizer para o Banco do Brasil, Base, BNB, empreste. Ele vai dizer: Vem cá, Gilson, é o teu CPF ou o meu? Então a responsabilidade está muito colocada nessas instituições.

Então, voltando para o nosso foco, efetivamente, temos no Brasil, corroborando, aqui, com as posições colocadas, o nosso produtor, em geral, paga e todas as vezes em que se discute endividamento tem que se discutir adimplemento, porque é neste que a nossa ação pode impactar de forma negativa.

O que nós temos de endividamento que poderíamos colocar como mais significativo. Acho que a Rose já apontou, mas vou reforçar.

1- são operações de antes de 95 que aí somam nas velhas conhecidas securitização: Funcafé, Pesa, um pouco do Recoop, cacau e Prodecer e o Prócer, antes de 99. Basicamente isso, o antigo antes de 95, onde se tem diferentes motivos, desde planos econômicos, taxas de juros pós-fixadas e, assim, por diante, que, em geral, foram dados tratamentos de prazos entre 15 e 20 anos para pagar, com taxas de juros fixas entre 3 a 5, 6% ao ano. Efetivamente para esse tipo de operação que talvez seja o maior volume, cerca de 30 e poucos bilhões em 2007, em geral foi dado prazo, redução de taxas e condições para o seu alongamento.

O segundo pacote, digamos assim, nas safras 2004, 2005, 2006, onde Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul, talvez sejam os mais representativos que foi a crise de preços principalmente com relação a soja, nesse período, e aí deu um impacto com relação à capacidade de pagamento. Inclusive houve vários processos de renegociação como já foi colocado, aqui.



08/04/2011

Temos um terceiro grupo do nordeste, onde parte dele está em operações antigas, principalmente com fundos constitucionais antes de 2001, a maioria delas entrou nesse processo da Lei 12249 que anistiou ou concedeu descontos de até 80% para sua liquidação. O restante nós temos ainda operações que ainda vão ser debatidas no próprio Congresso em conjunto com o Governo. De certa forma, aos poucos, nós vamos avançando no assunto de como tratar a agricultura no nordeste. Como falamos em nordeste, vamos falar das regiões onde há maior dificuldade em função das questões climáticas. Acho que nós deveríamos ter tido por parte do Governo, nos últimos anos, talvez a prioridade em relação ao zoneamento que deveria ter sido no nordeste. Mas por uma questão econômica, demos prioridade às regiões mais produtivas: na região centro-oeste, sul, sudeste. E no nordeste, agora, nesses últimos 4 anos foi que começou um processo um pouco mais intenso, que é a escolha de onde é melhor ou plantar o que, em função das questões climáticas.

Então, no nordeste, ainda tem alguma parte nesse processo da Lei 12249, e parte são operações mais recentes, principalmente não só familiar, mas envolvendo familiar no início da década passada. Familiar-empresarial onde, em função de questões climáticas, ainda temos alguns problemas que precisam ser solucionados.

Temos um quarto grupo que são questões pontuais que por diversas questões, em geral por questões de preço ou climática, num determinado produto ou região, tivemos algum tipo de dificuldade. Mas insisto: sempre temos colocado em discussão o assunto de como tratar o bom e o mal pagador.

Levantei aqui algumas questões, até antes da Lei 11775, que foi a lei que nós acompanhamos de forma mais direta. Temos um problema que estamos tentando, nesses últimos anos, resolver. É o seguinte: você tem uma renegociação, antes de concluir essa renegociação já se tem um questionamento, uma pergunta de quando vai ser a próxima e se vai ser melhor ou pior. Aí você muda a situação porque você desde aquele que pode pagar nesse processo de negociação que é atual. E aí você muda a situação, porque você tem desde aquele que pode pagar nesse processo de renegociação, mas ele não paga porque tem a expectativa da próxima. E aí fica no processo. E talvez o debate de quem não pode, por alguma dificuldade, não fica explícito, e aí a gente não pode atender aquela especificidade. E nós tínhamos um problema, que acredito que tenhamos eliminado ou reduzido de forma significativa, que era o problema da correia transmissora. Havia um conjunto de produtores que, por uma questão climática, não conseguia apagar, o banco, se tinha equalização do Tesouro, ou era recurso dos fundos constitucionais, ou do BNDES, ou qualquer coisa assim, tinha algum nível de equalização, não era recurso próprio dos bancos, não podia renegociar. Esse produtor deixava de pagar, junto a ele, outro que podia pagar, via que ali deveria sair alguma coisa



08/04/2011

no futuro; virava uma demanda para o sindicato. Até o sindicato entender que aquilo era um problema, mais produtores deixavam de pagar. Até o sindicato levar isso a um deputado para trazer o debate para o Congresso, era mais um prazo. Até o Congresso negociar com o governo ou aprovar uma lei é mais um prazo, e assim incorporando mais gente. Quando você ia para a discussão da solução, um problema que era localizado e que tinha que ter sido resolvido, virava um problema grande.

Aquele produtor que teve perda se uniu com aquele que não teve perda, vendo o debate no Congresso, já deixava de pagar. E, de repente, uma solução que o Governo, em conjunto com o Congresso podia dar de forma muito mais intensiva para aquele produtor, deixava de dar, porque não eram mais cinco pessoas, passaram a ser cinco mil. Então, o que nós aprovamos recentemente, e estamos tentando modernizar essa norma a cada ano é o que estamos chamando de autorização antecipada para renegociação. Já fizemos isso para o Funcafé, fizemos para o BNDES, para o Pronaf, estamos agora tentando fechar para os fundos constitucionais. É o seguinte: até um percentual da carteira o banco tem autorização para, caso o produtor tenha dificuldade, ele já possa prorrogar, já está dado o prazo, joga, o que for investimento para o final da fila, se for custeio divide em até cinco anos. Quer dizer, já se dá a condição prévia para que aquele problema seja resolvido, pelo menos de imediato. Acho que se soma a isso uma inovação que o Banco do Brasil fez. Acho que temos que reconhecer isso, e já jogo esse debate para o Basa e para o PNB, que é o seguinte: em geral os nossos bancos esperavam uma ação do governo para tomar qualquer medida. O banco não pode renegociar se não tiver por muito tempo, se não estiver dentro de uma norma, mas o banco, numa situação de calamidade, já podia, já tinha a faculdade, como ele teve agora, de prorrogar três meses, pelo menos para não deixar aquela pessoa que estava lá no Rio de Janeiro, e que sofreu na Serra, preocupado com o fato de que vai ficar inadimplente. Como é que ele vai recuperar a capacidade produtiva dele se ele já vai ficar inadimplente. Algum tipo de ação imediata que o Banco fez, acho que isso serve para a gente, dá o tempo, muitas vezes, para tomarmos uma medida, quando necessário.

Agora, essa própria autorização antecipada também já nos ajuda. Mas só recordando, nós tivemos em 1995, uma grande renegociação, que foi a securitização. Em 1998, tivemos o Pesa, três anos depois. Em 2001, no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o Governo comprou boa parte da dívida do Banco do Brasil e fez uma nova prorrogação da securitização, que se concluiu em 2002, tanto para o Pesa, Recop e Funcafé. Em 2007, tivemos essa grande da safra do Centro-Oeste; eu falei de 2004 a 2006, seria de 2003. 2004, até 2005, 2006. Em 2008, teve a Medida Provisória nº 432, que depois, com muita negociação com o Congresso, virou a Lei nº 11.775.



08/04/2011

Depois da Lei nº 11.775, nós já tivemos uma alteração uma, duas, três alterações dessa lei, mas conseguimos manter algo de que nos orgulhamos, e acho que é um ponto central. E qual é? Quando discutimos a Lei nº 11.775, definimos três prioridades, ou três princípios, nem chamaria de prioridades.

Primeiro, como tratar os menores de forma diferenciada, vamos dar mais benefícios do que aos maiores. Segundo, não nos interessa prorrogar; interessa liquidar, interessa limpar a carteira. Então, mais do que conceder prazos, vamos conceder descontos para a liquidação. Então, estimulando a antecipação dos pagamentos dando descontos adicionais. E o terceiro princípio era evitar dar ao inadimplente um benefício maior do que ao adimplente. Esse é o ponto central, porque na medida em que você começa a dar ao inadimplente uma condição melhor, principalmente, quando você está tratando de uma regra genérica, quando é uma linha geral, é isso, temos um problema que é incentivar a inadimplência.

E, com isso, o que foi feito? Foi reduzido encargos de inadimplemento. Nós na época trabalhamos um levantamento que envolvia até 3 milhões de operações, 3,2 milhões de operações, até 87 bilhões de reais, que eram operações que poderiam ter algum benefício. Aí tinha um monte de operações que estavam adimplentes, mas que, como você concedeu um benefício para o inadimplente, você também concedeu para o adimplente. Muitas dessas os produtores deixaram a vida e não precisaram nem mexer, porque estava adimplentes, mas nós tínhamos que conceder o mesmo direito. Securitização, por exemplo, quando a gente dava um desconto para a liquidação, ele entrava tanto para inadimplente quanto para adimplente. O inadimplente tinha uma vantagem: ele poderia ir lá e retirar os encargos de inadimplemento, mas o desconto era o mesmo. Então, por isso que não necessariamente todas essas 3,2 milhões operações foram fazer algum tipo de procedimento.

Então foram retirados encargos; em alguns casos, foram ampliados prazos, principalmente Funcafé, por exemplo; em alguns casos se permitiu jogar nas prestações futuras; teve caso em que se reduziu a taxa de juros a partir daquele momento para a frente, como foram as próprias renegociações do FAT Integrar, na região Centro-Oeste, além dos descontos para liquidação. Foi feito um tratamento especial para cooperativas, que era no sentido de tratar a conta individualmente por pessoa, e não no valor total, ou seja, sempre pensando dentro desse processo.

E o que a gente teve com isso?

A gente teve, mais ou menos no levantamento que a gente está fazendo agora, uma redução daquele estoque, daquelas dívidas, principalmente daquelas dívidas antigas, de cerca de 30%. Quer dizer, 30% do volume de operações que a gente tinha dessas operações contratadas antes de 1995 foram liquidadas. Outros 20% conseguiram recuperar a inadimplência. Uma



08/04/2011

parte nem procurou o banco. Uma parte não foi ao banco, e depois até eu vou comentar rapidamente um pouco sobre isso. Uma parte não foi até foi colocado, um pouco, porque já não é mais produtor, um pouco, porque já saiu da atividade. Como já saiu da atividade ou até morreu, ou saiu da atividade e não vai mais buscar crédito, ou ficaram só as pessoas mais velhas que não vão buscar novos financiamentos e, portanto, não tentaram resolver esse problema.

E por que eu falei que a gente se orgulha de ter feito uma coisa? Todas essas mudanças que aconteceram, depois da 11.775, eu diria que 95% delas foi concessão de prazo. Porque qual era o cuidado? Se você abrisse para que tivesse um benefício maior para quem não regularizou na data inicial, que foi em 2008, 2009, você diria: ó, quem pagou cometeu um erro; quem não procurou recuperar foi o beneficiado, porque teve um benefício maior ainda, porque deixou para a frente. Então sempre haverá, dando mais prazo, reabrindo as condições de pagar com adimplemento, sem encargos, mas sem dar um benefício maior. Eu acho que a exceção foi a 12.249, exatamente porque focou em um público específico, seja da agricultura familiar, seja da região Nordeste.

Só para vocês terem uma ideia, nós tivemos ainda, depois dessas mudanças legais, 47 resoluções do Conselho Monetário, exatamente para tentar regulamentar todo esse processo, além de outros 4 decretos e mais uma dezena de portarias, principalmente da Procuradoria, para tratar de dívida ativa.

Então efetivamente o processo que a gente vem tentando tratar da renegociação está surtindo os seus efeitos, tem uma parte desses produtores a que a gente não conseguiu chegar, e aí como chegar é o desafio, se é que a gente vai conseguir chegar, como foi muito bem colocado. Tem produtores que você pode dar 95% de..., e não vai pagar. Só que, seu eu dou 90% para ele, porque sei que ele precisa, como que eu vou discutir e olhar para o outro que está pegando. Como que eu vou olhar para o 1,6 milhão que está na carteira do Banco do Brasil? Quer dizer, é essa a dificuldade. Quando você pega uma situação muito pontual que a gente está tentando trabalhar de forma mais efetiva, principalmente nas últimas calamidades, você pega Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco, Santa Catarina, onde você está no momento, você faz uma análise técnica, você faz uma vistoria, você demonstra que aquele produtor perdeu completamente a sua capacidade de produção ou não vai conseguir pagar o investimento, o que está-se dando, hoje, inclusive, em alguns casos, é até anistia, mas eu não corro o risco que a gente chama de risco moral porque eu estou analisando o caso e não uma renegociação genérica com é nos colocado esse processo.

Um dado importante, toda vez que se fala em renegociação, você tem dois lados. Por um lado vêm os produtores dizendo “quando vai ser, o que vão dar, qual vai ser a condição?”. Por outro, vêm os bancos dizendo “por amor de Deus, dá uma segurada”. Só o fato de alguém falar em renegociação já aumenta a inadimplência.



08/04/2011

Então, os bancos das montadoras me passaram dados na semana retrasada de que a carteira deles em termos de inadimplência atual, Senador, está em 1.7, os grandes bancos das montadoras. É lógico que aquela parte que eles levaram de prejuízo nesse período já foi jogado para prejuízo, mas a carteira atual deles está bastante boa. Eles têm dito que têm recuperado, na mesma linha do Banco do Brasil, operações antigas.

Muitos produtores com base no PSI, que tinha uma taxa, agora subiu um pouco, mas tinha uma taxa altamente compensadora, os produtores que estavam devendo aos bancos liquidavam as dívidas com os bancos para se habilitar novamente e pegar novas operações. Então, isso é uma coisa importante.

Para encerrar, eu acho que a questão das dívidas antigas, ainda está em aberto o processo de renegociação das operações que foram para a dívida ativa inclusive com todos os bônus que foram dados, seja para liquidação, seja para prorrogação. Está aberto ainda as dívidas para o cacau e para o PESA. E recentemente soltou mais uma resolução tentando abrir esse processo.

Está aberto ainda um processo para a região norte que trata programas como Prodex, Prorural, FNO especial em que o banco continua operando que são operações antigas. Novamente, a nossa tese é ir buscando o passado e tentando limpar aos poucos essas operações, mas sempre com o cuidado de não contaminar o futuro.

Eu acho que a questão central colocada hoje é a necessidade de a gente fazer uma revisão e o que a gente está tentando é um dos desafios que o Ministério da Fazenda está colocando para esse ano.

Diria que o primeiro é uma revisão da política de crédito. Vocês vão se surpreender. Espero que positivamente nos próximos dois meses quando lançarmos os planos de safra do MDA e do Ministério da Agricultura com a inovação que a gente vai fazer em termos de crédito rural, de simplificação, de ampliação do crédito, ampliando a atuação não só para produtos de exportação, mas também para produtos do mercado interno.

A gente vai estar num processo bom de debate com a agricultura, MDA e bancos. Acho que a gente vai ter um novo marco em termos de operacionalização do crédito a partir da próxima safra que começa a partir de julho. Esse é um primeiro aspecto.

O segundo aspecto é a história da equalização. Até recentemente o Governo tinha saído de todo o processo de garantia de preços, nossos estoques praticamente tinham sido zerados. Nos últimos anos, a gente começou a retomar a política de estoques baseada unicamente em garantia de preços aos produtores e temos gasto, nos últimos anos, algo próximo, entre compras e equalização, algo próximo a quatro a cinco bilhões por ano.

Só que qual é o debate do momento? É a melhor utilização. As discussões em relação à OPEP que é a subvenção que a gente dá para



08/04/2011

escoamento de produto próprio, o benefício em vez de ir para o produtor está indo mais para as agroindústrias que para o produtor. Temos consciência disso e temos que revisar, temos que mudar. Ou criar novos instrumentos nessa linha.

Ontem tivemos uma reunião com o Ministério da Agricultura e Banco do Brasil exatamente nessa linha de subvenção a prêmios de contrato de opção privada. Temos essa conversa em conjunto com a CNA como um mecanismo.

Não sei se dá para falar que são substitutos nesse momento, mas que precisamos dar uma modernização. Não é pouco dinheiro, não é pouco dinheiro. A questão é que precisamos entrar num debate e, sinceramente, estamos buscando alternativas. Não temos a resposta. Do jeito que está, não está bom e não dá para ficar. Insisto: não é uma questão de dinheiro porque o dinheiro que está se gastando não é pouco. Agora, temos que fazer aqui que esse dinheiro efetivamente gere renda ao produtor, garanta renda ao produtor. Esse é o debate. Qual é o instrumento? Quais vão ser os instrumentos? Este é o debate que está colocado.

Então, este ano, nós temos, a partir do momento que fechar o Plano Safra ou nos próximos dois meses que é esse debate mais do crédito, a gente vai entrar um pouco numa tentativa de revisão, e vamos precisar, com certeza, do Congresso Nacional para isso.

O segundo ponto é a questão de uma revisão até dos instrumentos do crédito privado, da própria CPR, que passou pelo Congresso, virou um grande instrumento e hoje há a necessidade de uma revisão da Cédula do Produtor Rural. Da mesma forma, a LCA, que são linhas para financiar o agronegócio, principalmente os grandes produtores.

O terceiro ponto, que acho que não dá mais pra gente fugir, é o debate do cadastro dos produtores do Brasil. Em qualquer país que tenha talvez metade do que o Brasil tem em termos de política agrícola, conhece os seus produtores, sabe a produção de cada um, não nos últimos dois anos, nos últimos cinquenta anos. Então, com isso, você consegue planejar seguro, você consegue planejar crédito, você consegue planejar renegociação de dívidas, porque você efetivamente sabe a situação do produtor.

Hoje, há duas semanas atrás, a gente sentou com as seguradoras, as seguradoras disseram: Gilson, temos aqui uma pressão grande dos produtores que dizem que a produtividade média de milho é 100 sacas por hectare. Mas, tem produtor que diz que a dele é 200. Só que quando vou fazer o seguro, vou pela média, porque não tenho o histórico da produção dele. Se você vai pela média, dá uma seca enorme, ele perde metade da produção dele e o seguro vai dizer que não vai cobrir. Se eu não tenho um dado que me acumule informações do produtor, não consigo fazer.

Tem uma outra que chega para mim, é o banco: Gilson, não sei quantos produtores, A, B e C, pegaram de subvenção. Eles vieram falar pra mim



08/04/2011

que venderam o milho a 7 reais no Mato Grosso. Só que esse mesmo produtor levou 5 ou 10 milhões, ou 2 milhões de subsídio para garantia do preço de 3,98. O banco disse que não cruzou. Ele fica refém desse debate.

Hoje, para um banco conceder um financiamento, precisa ter regularidade ambiental. Para buscar regularidade ambiental, ele tem que procurar em uma dúzia de cadastro até chegar. Precisamos ter isso num instrumento que diga que aquela propriedade está ok.

Da mesma forma, para discutir subvenção, quanto a gente vai dar, quanto precisa de subvenção, a gente não tem. Somos um dos poucos países no mundo que temos a agricultura do tamanho que a gente tem, tem as subvenções via crédito, via equalização que a gente tem e a gente não consegue ter informação dos produtores, inclusive saber exatamente quanto cada um produziu e quanto cada um levou de subvenção.

Então, este é um desafio que o Ministério da Fazenda, em conjunto com outros ministérios, deve tocar este ano e vai debater aqui no Congresso, que é a busca de algum tipo de informação que a gente possa pensar esse conjunto de demanda, crédito, seguro, subvenção, e assim por diante, exatamente para começar a poder tratar as diferenças de forma diferente.

Acho que, com a imensidão que a gente tem desse país, ou a gente tem esse tipo de informação ou a gente sempre vai ficar nessa de nunca tratar o problema como efetivamente ele deveria ser tratado, porque a gente sempre trata o problema pela média e não pela sua realidade individual.

Acho que isso é um pouco do que gostaria de colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Agradeço as colocações do Sr. Gilson Bittencourt.

Evidente, Gilson, é preciso separar o adimplente do inadimplente. E é importante que o banco possa se antecipar aos problemas, e as calamidades acontecem e, quando acontecem, elas são públicas, de conhecimento público. E se os bancos puderem se antecipar, isso realmente facilita muito a vida do produtor e também dos bancos evidentemente.

Passo a palavra ao nobre Senador Blairo Maggi para suas colocações.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Primeiro, quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, dar boas-vindas aqui aos nossos expositores. Conheço a grande maioria que está aqui, já tivemos a oportunidade de conversar e debater e até discutir algumas coisas da política agrícola brasileira.

Em primeiro lugar, quero dizer que fiquei bastante satisfeito com as colocações aqui apresentadas, até porque não temos muitos problemas na mesa a serem resolvidos. Com o tempo e com os instrumentos aqui colocados,



08/04/2011

estamos resolvendo, em parte, os problemas que foram gerados, anos atrás na agricultura, ora por problemas climáticos, ora por planos econômicos e, em outros momentos, porque os agricultores investiram mais do que podiam e depois tiveram que retroceder. Mas me parece que esse é um ambiente que está ficando cada vez mais distante. A forma de você controlar o crédito aqui colocado vem sendo modificada, os instrumentos de controle, por meio de centralizações, vão acontecendo.

Fiquei particularmente contente de ver como a questão da agricultura familiar, o Pronaf, tem tido uma inadimplência baixa para a carteira. Confesso que eu, particularmente, achava – nunca conversei sobre isso; estava no puro achismo – que essa era uma questão em que o Governo fazia que recebia e o agricultor fazia que pagava. Não é bem isso. Fico feliz, contente com isso, de ver que os instrumentos que vocês desenvolveram estão dando certo.

A única pergunta que eu não fiz na hora, pois o Presidente me pediu para falar depois – mas o bom do debate é na hora, depois perde um pouco a graça –, era se esse instrumento, João, que vocês estão trabalhando com o Pgaf e o Proagro que vocês têm, o quanto essa carteira é hoje autossustentada? Quer dizer, de tudo o que você recebe e tudo o que você paga, como isso está na média, porque me parece, Gilson e também Zé, que lidam mais com a questão do agronegócio, uma coisa a ser observada já que os volumes de recursos não são tão grandes. São milhares de produtores. Dá para termos uma ideia de como isso pode, no futuro, ser levado para outro tipo de agricultura também, a agricultura mais empresarial que se faz no Brasil. Enfim, eu fiquei muito contente de ver que temos uma agricultura baseada no Pronaf indo bem.

A impressão que tenho da agricultura é que nós temos, de certa forma, três grupos de agricultores, sendo que dois estão razoavelmente bem: o que você atua, na questão da agricultura familiar, do Pronaf; e os agricultores maiores, que estão mais bem informados, que estão mais ligados no mercado e que têm tido a responsabilidade de dar o passo conforme a perna. Eu já disse antes: nós temos um pessoal que, às vezes, pulam cordinha e depois fica complicado. Mas me parece que não temos grandes problemas com esses dois lados ou, quando os problemas aparecem, eles têm sido identificados e resolvidos.

O que me traz um pouco de preocupação hoje no setor agrícola é a questão dos médios produtores. Esse não está nem no grupo do Pronaf nem no outro grupo.

Estive no Rio Grande do Sul, há poucos dias, na feira de Não-Me-Toque, uma belíssima feira. Quem teve oportunidade de passar por lá, dá orgulho de ver a agricultura brasileira ir para o caminho que vamos da tecnologia. Nós vemos isso em Ribeirão Preto, em Cascavel também, em várias feiras por aí. Aqui, em Brasília, vai haver uma também agora. Inclusive o



08/04/2011

Senador Rollemberg, o nosso Presidente da Comissão do Meio Ambiente, já me convidou e vou fazer questão de estar presente nessa feira para conhecer.

Enfim, nós temos um grupo no meio que me preocupa um pouco. Esse grupo, Gilson e Zé, que estão mais ligados nessa área, na realidade, está sendo deixado de lado, deixado para trás e está sendo – vou usar um termo – capturado, está sendo puxado para um outro negócio que não é bom para a agricultura brasileira, não é bom para o Brasil, não é bom para ninguém, que é a questão dos grandes fundos que estão absorvendo um sem número de produtores que não conseguem, muitas vezes, renegociar. E, talvez, essa questão da renegociação não é tão mais importante até pelos números que vocês colocaram. Às vezes, o cara vai ao sindicato, faz uma confusão e o sindicato vem defender e, quando você vai lá dentro para ver na Federação, o número é pequeno. É lógico que não podemos deixá-los de lado nunca, mas o número não é significativo.

Mas um grande número de produtores, que – eu disse antes – são produtores médios – e aí é engraçado ver que esse médio, no Mato Grosso, que é de 3, 4, 5 mil hectares, o pessoal que está no meio, no Rio Grande do Sul é o pessoal que está de 300, de 200 hectares. O pessoal que vemos no Paraná, que está na faixa de 100 hectares, de 150 hectares... Os fundos que estão sendo constituídos estão arrendando essas terras, quando não estão comprando essas terras. Tirando o produtor do dia a dia da produção dele e assumindo como um grande fundo.

Bom, se tudo der certo, não há problema nenhum para o País. Ele vai vender para o mercado externo, vai estar alimentando os 150 milhões de brasileiros que nós somos. Mas só que o fundo tem um problema: ele só trabalha pelo lucro, ele não trabalha por paixão pela terra. Ele não tem a tradição do bisavô, do avô, ele não tem os filhos na agricultura. Ele não tem ninguém na agricultura. Ele simplesmente faz a conta: “bom, se deu dinheiro neste ano, eu vou plantar. Se não deu dinheiro, eu estou indo embora ou deixo parado”.

Essa para mim é uma grande preocupação, que o Governo tem de ter. inclusive, Sr. Gilson, conversei por duas vezes com a nossa Presidenta. Falei com ele ainda na campanha e falei depois sobre esse assunto. Isso porque podemos ter um problema sério no País. Se o mercado desabar e os fundos, vamos supor, absorvam grande parte da produção brasileira, ou melhor, plantarem grande parte da produção brasileira, podemos ter um problema na nossa balança comercial, desabastecimento. E mais: podemos ter um problema nos municípios onde eles estão presentes, porque a agricultura geradora de renda, geradora de divisas ela gera emprego, ela mantém praticamente o poder público.

Lá no Estado de Mato Grosso, e tenho certeza de que no Paraná e no Rio Grande do Sul, que são Estados agrícolas – eles têm uma indústria forte, mas são agrícolas. E lá em Rondônia não é diferente. Se isso acontecer, nós



08/04/2011

quebramos os nossos municípios. Vamos colocar em dificuldade uma coisa que conquistamos com muito custo, com a Embrapa apoiando, com o Banco do Brasil colocando muito dinheiro, com o Governo Federal colocando muito dinheiro, fazendo os programa que fizemos lá para trás.

Temos alguns problemas, mas valeu a pena. O Brasil se transformou em um grande produtor de alimentos, não só para nós, mas para mais de 150 países mundo a fora. E temos chance de fazer muito mais.

Então, esse é um ponto que eu gostaria de deixar para a Mesa para reflexão. Como é que podemos fazer com que o agricultor médio, que está, na minha avaliação, menos assistido nesse momento. Que ele não seja seduzido a sair da atividade, de virar um prestador de serviço de um grande fundo internacional ou de nacional.

A questão básica é que ele não pode sair da agricultura porque, mesmo com algum prejuízo, no ano seguinte ele estará lá. Vai plantar a soja, o milho, o algodão, criando o boi dele e fazendo as coisas andarem.

O fundo não tem essa obrigação. Esse é um ponto para o qual deveremos estar atentos e olhando. Concordo plenamente e fiquei feliz em ouvir a explanação do Gilson, sobre essa diferenciação. Temos, definitivamente, de acabar com a questão da inadimplência, pela inadimplência, porque virá uma bonificação lá na frente.

Isso não é só uma questão da agricultura. Vemos em várias cidades. O cara deixa de pagar o IPTU, porque depois virá o perdão do IPTU lá na frente. Não se faz política social, não se faz justiça, não se faz nada.

O País tem de amadurecer, estamos indo nesse caminho. Esquece! Deve, paga! Porque uma das piores coisas que há para o setor agrícola, e tenho certeza de que ninguém gosta, mas uma das piores pragas do setor agrícola é a prorrogação.

Foi dito aqui pelo... Uma vez que você parcelou, uma vez que você adiou o pagamento, quando você vai fazer o seu primeiro financiamento principal. Qualquer banco, o BASA, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, qualquer um vai fazer as contas. E as margens são pequenas. Agricultura dá dinheiro, mas as margens são pequenas. Se acumular uma ou duas safras, quebrou! Não vai mais. Ou você dá um prazo muito longo ou não vai mais.

Então, a atitude que vocês estão tomando de, pontualmente, resolver aquele problema. Como agora, deu problema em Mato Grosso do Sul... Vão lá e resolvam o problema do Mato Grosso do Sul, antes que tragam o Mato Grosso junto, que não teve esse problema. Se deixarem, ele vai vir junto e vai vir o Paraná, vai vir o Rio Grande do Sul e vai virar uma bola de neve de que ninguém mais dará conta. Então, vocês estão corretos em atuarem cirurgicamente e com rapidez, para não deixarem esses problemas crescerem mais que eles já estão por aí.



08/04/2011

Eu gostaria de deixar uma sugestão para você, Gilson, na questão de como se conhece o histórico do produtor. Eu, como Governador de Mato Grosso, implantei - foi uma briga grande e ainda estamos no meio do caminho, mas estamos indo para o finalmente - a questão da nota eletrônica. O próprio Estado do Mato Grosso está fazendo questão hoje de todos os produtores terem nota eletrônica, porque ele quer vir ao Ministério da Fazenda pegar o dinheiro dele da Lei Kandir. Você disse para ele: "Eu não lhe dou mais dinheiro, eu não lhe devolvo mais a Lei Kandir, se você não comprovar que, efetivamente, exportou essa mercadoria". Então, estamos criando um mecanismo e você, como Receita, como Ministério da Fazenda, como Governo, pode simplesmente baixar a lista e ver o que cada produtor, por seu CPF ou por sua inscrição, produziu. Que possamos ter, então, daqui para a frente, um mecanismo para se ter um histórico dos produtores para que tenhamos diferencial.

Eu sou agricultor desde que nasci. Meu pai era produtor, assim como meu avô e meu bisavô. Todo mundo foi agricultor a vida inteira. Uma coisa que dói na nossa alma é alguém olhar para você, quando se fala que é agricultor, e dizer: "Esse é caloteiro" ou "Você não gostam de pagar conta". Por isso, fiquei feliz de ouvi-los dizerem aqui: "Olha, esse pessoal paga conta. Não estão pagando, porque, às vezes, não têm renda". Nós temos de criar os mecanismos de renda, como vocês estão fazendo na agricultura familiar. Aí, sim, vamos ter uma agricultura respeitada na sociedade brasileira. Somos muito respeitados fora do Brasil, mas, aqui, dentro, infelizmente, a agricultor ainda é visto como alguém que só quer levar proveito, tirar proveito da situação e, se possível, matar o Governo para pegar as coisas do Governo. Não é bem assim. As coisas são diferentes. Temos problemas pontuais, como, por exemplo, na questão do Finame. Você deu uma notícia boa aqui de que há 1,7% de inadimplência, mas talvez esse 1,7% seja no Mato Grosso, porque o pessoal lá está reclamando. Eles estão reclamando que estão devendo muito no BNDES, por causa das máquinas. Mas também é mais uma vez esta história: prorrogou uma vez, prorrogou duas vezes, prorrogou três vezes, a máquina ficou velha, o saldo foi lá para cima e todo mundo quer renegociar. Vale mais a dívida que a máquina. Isso é uma realidade.

Então, quero, mais uma vez, cumprimentar o Presidente Acir por ter tomado essa iniciativa. Aqui, somos só dois Senadores, eu e o Cassol, mas o mais importante aqui é o que está sendo levado pela TV Senado. Em cada recanto, em cada canto deste Brasil, ouviram-se a explanação de cada um e a vontade de cada um dos órgãos, que estão aqui explanando, de que estão abertos para buscarem solução, de que estão procurando buscar solução. Queremos modernizar as nossas relações de crédito com a agricultura, porque a agricultura é competitiva, competente e moderna e as relações precisam ser também.



08/04/2011

Sobre essa questão mesmo que você mencionou do Pepro, do Prop e de outras coisas que existem, é uma lástima que aconteça isso. Num dia, numa viagem a Sorriso, eu estava falando com um agricultor e ele me falou dessa história. Ele falou: "Eu estou recebendo R\$7,00 pelo milho". Eu disse: "Mas e o prêmio do Governo?". Ele respondeu: "Não, está ficando com a empresa". Eu imediatamente liguei para o meu pessoal, porque trabalhamos nesse segmento, e perguntei qual o procedimento da Amaggi nesse negócio. Eles me disseram: "Nosso procedimento é assim, assim, assim". Eu disse ao agricultor: "Você corre e busca o seu direito. Se não lhe derem, denuncie". Não é possível que a sociedade subsidie – isto é uma forma direta de subsídio, para deixar o agricultor em condições de produzir no ano seguinte, porque ele tem renda – e alguém leve esse dinheiro embora. Então, você está com completa razão. Tem de se buscar um mecanismo de fiscalização, porque o problema não é dinheiro; o problema é como fazer com que esse dinheiro fique na mão de quem merece, de quem precisa.

Então, parabéns ao Presidente, parabéns a todos vocês. Fiquei realmente feliz e ganhei a tarde hoje.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Somos nós que agradecemos, Senador Blairo, pela sua intervenção. Sabemos muito bem que V. Ex^a tem um conhecimento amplo em vários assuntos, mas principalmente com relação à agricultura brasileira.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol, do nosso Estado de Rondônia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) - Obrigado.

Vou cumprimentar o Sr. Presidente na nossa Comissão, Senador Acir Gurgacz, e também meu colega, ex-Governador do Mato Grosso, por dois mandatos, o Senador Blairo Maggi. Quero, também, aqui cumprimentar os nossos convidados, o Sr. Gilson, o José Carlos, José Andrade, o Evandro, José Alves, Rosemeire e também o João. Agradecer, especialmente, de você estar nesta sexta-feira aqui debatendo não com um número pequeno de Senadores, mas com o povo brasileiro.

Quero começar com as palavras do Blairo Maggi para, depois, chegar às outras perguntas que eu tenho. Quando a gente olhar um pouquinho para o passado, quanto à questão da dívida que tinha, e me recordo que boa parte dessa dívida, no passado, infelizmente, era feita de comum acordo com muitos representantes de instituições financeiras. Era um jogo duplo. Isso acabou, por muito tempo, levando toda a classe de produtores como se fosse uma classe de caloteiros, como também várias áreas. Foi por isso que passou essa mudança em nível nacional quanto à questão das instituições. Mudou o quadro, mudou o jeito e a maneira, e hoje nós estamos na vida informatizada, que é muito mais rápida e mais ágil e para tudo, até para puxarmos o CPF de



08/04/2011

qualquer um dos senhores cidadãos e o meu também. Imediatamente, no comércio, nós temos aí o cadastro, se é um bom cliente ou não é.

Inadimplência hoje – dá para perceber, porque eu vi os dados do Banco do Brasil, se não me engano – é muito pequena, 1,2% em cima dos produtores familiares. Mas, ao mesmo tempo também, é importante nós trabalharmos, também, eu tenho também a preocupação junto com o Blairo quanto às questões de monopolizar ou centralizar em cima de algum assunto.

Há poucos dias, participei de uma audiência pública - se não me engano, foi até da Agricultura – quando o Senador Delcídio Amaral disse que a centralização dos compradores de carne do Brasil está ficando em cima de dois. E eu disse que o culpado começava por esta Casa. Por que começava por esta Casa? Porque eu vi vários estabelecimentos com dificuldades pequenas para poder pagar.

Essa linha de crédito enquanto um grande tem facilidade. Às vezes o próprio BNDES tem interesse de emprestar R\$1 bilhão ou R\$2 bilhões para uma empresa mas não quer emprestar esses R\$2 bilhões para 200 ou 300 pequenos empresários. Quanto eu dei exemplo, dei exemplo do Estado de Rondônia, um Município de Pimenta Bueno – o Acir conhece a cooperativa – teve que vender a estrutura porque eles não aguentaram porque não tinha o capital de giro.

Eu falava esta semana com o Toninho, que é o Presidente da Cooperativa de Carne da cidade de Ariquemes, lhes faltam capital de giro. O Basa está de parabéns, financiou aquele empreendimento, mas nós precisamos de mais. Não basta financiar, temos que colocar para funcionar. Tem que colocar para funcionar. E eles não têm capital de giro. Enquanto se dá bilhões para comprar empresa de alimentação nos Estados Unidos ou em outro País, talvez empresas falidas, quebradas ou somente para.. Não se investe mais para a gente ter uma concorrência saudável. Então é importante isso.

Quando eu falei da questão do fundo da produção, a produção agrícola familiar é que dá sustentação neste País. Ela que segura, faça chuva ou faça sol, eles estão produzindo. Leva fumo em um ano, mas no outro planta de novo, confiando que vai ter lucro, leva outra cabeçada, mas está de pé de novo. Porque, como disse, há Estados em que a seca de cada cinco anos é para ser uma, de repente vem três pequenas secas atrapalhando por regiões, mas está lá trabalhando, acreditando. Não estou contra quem quer produzir bastante, mas tem muitos que só entram nesse mercado pensando no lucro e não pensando na sustentabilidade de sua família, do pessoal que está aí.

Ao mesmo tempo, eu até me faço uma pergunta, por que para o Banco do Nordeste pode? E o Basa, no programa das famílias de Rondônia não pode? O que o povo do Nordeste tem que o povo de Rondônia não tem? Por que isso? Porque vi aí bonificação de até R\$ 10 mil quem deve, e aí entra o Ministério da Fazenda. Entra o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quando



08/04/2011

chega na hora de preservar, de cuidar, de zelar, é de quem está lá na mata, está na região amazônica. Quando chega na hora de ajudar, de contribuir, de subsidiar aí infelizmente nosso povo de Rondônia, e olha Senador Blairo, no passado quando vinha essa diferença de preço para subsidiar Rondônia ficava fora. Começou agora, há pouco tempo, uma luta junto, você também nos orientou, nos ajudou, senão o que acontecia? O Mato Grosso, Goiás, Minas tinha diferença da saca de milho, e, desculpe a expressão, para Rondônia, fumo outra vez. Era assim que tratavam. E nós não podemos concordar com isso. Temos que respeitar as questões climáticas, regionais, deste País que temos. Temos que ter a liberação dos programas agrícolas não para um só o ano inteiro, mas para cada região, de que maneira tem que ser feita. E aí pergunto: por que pode se dar até R\$ 10 mil de desconto para o pessoal do Nordeste e não para cá? Política do Banco do Nordeste? Com certeza não é, porque é uma lei. Eu vi, assisti. Por que isso? E lá em Rondônia, serviu de berço e de reforma agrária para ao Brasil, foi lá. Em todas as cidades foi implantado, menos em Porto Velho, um modelo de reforma agrária. Deu certo. Temos lá 120 mil pequenos produtores rurais.

Um outro ponto importante para colocar aí e aí o próprio Gilson já falou, o Banco do Brasil, parabéns que já agiu. E é importante as outras instituições financeiras também fazer isso. Não adianta que em todos os negócios que nós temos, em todas as áreas sempre tem um esperto, mas quando as instituições agem rápido e com responsabilidade, elas não deixam criar oportunidade do oportunismo no meio daquilo que vai acontecer. É o parcelamento, é desconto. Não vou pagar o IPTU porque se não pagar vou ganhar um desconto, vou ganhar bonificação. Se nós temos uma situação atípica, na cidade de Alta Floresta, que é uma das maiores produtoras de feijão no Brasil, aquela região do nosso Estado de Rondônia, deu uma chuva demais, o Basa, tanto o Banco do Brasil, tem que imediatamente agir naquela região para não trazer de arrasto os demais do Estado e depois os outros Estados da Federação, uns querendo aproveitar carona, bom já que lá está assim, vou aproveitar a carona e botar o dinheiro em outro lugar. Então, estão de parabéns as instituições que começaram a fazer isso. Concordo, não só nessa área como em todas as áreas. Tem que imediatamente isso é igual a um incêndio na floresta, igual a um incêndio na favela, igual a um incêndio no centro de uma cidade, que se você não apagar o fogo na hora, você simplesmente deixa para queimar todas as casas juntas, demais propriedades juntas. Você tem que inibir, cortando na hora. Isso evita depois de você dar benefício para os oportunistas que entram no meio, aproveitando uma dificuldade ou de tempo ou de situação, naquele momento que aconteceu naquela área, naquela região. Isso é um passo fundamental, muito importante.

Outro passo importante também, vi aqui o representante do MDA, o João, não Desenvolvimento Agrário, o João, quando falou agora há pouco



08/04/2011

nessa questão da equipe técnica, assistência técnica no campo. João, precisamos que o Ministério do Desenvolvimento Agrário seja mais rápido nessas ações. Desculpe-me, mas ele é muito lento. Eu falo como ex-governador do meu Estado, e demorou muito para a gente. Na época, tínhamos um convênio com 100 e poucos técnicos para dar condições a esses assentamentos agrários. Depois, eles foram cortados, foram dispensados. Lá ficou quase um ano sem ninguém. Aí, na metade do ano passado, de novo, começou de novo.

Então, é importante. Estou aqui cobrando porque estamos aqui para isso. Se fosse só para bater palmas para vocês e o povo de Rondônia só bater palmas para mim, como Senador, e para o Blairo Maggi em Mato Grosso, aí seria uma beleza. Mas nós somos cobrados quando estamos com representantes de várias áreas como vocês.

Então, precisamos do quê? Precisamos que o Ministério de Desenvolvimento Agrário haja com mais rapidez, coloque mais condições. Temos, em nosso Estado, a Emater, uma fundação extraordinária, e ainda querem acabar com ela, querem até cortar as condições que ela tem de pagar menos encargos sociais, quando ela faz um trabalho social extraordinário no setor produtivo.

Eu elevei de 6 milhões para 27 milhões, praticamente quase dobrei a equipe que trabalha, o número de técnicos, profissionais de todas as áreas. Foi isso que deu sustentação para que o Estado de Rondônia hoje ser um dos Estados que, nesses 8 anos, mais aumentou a produção agrícola, uma das maiores produções agrícolas do País, em termos, lógico, pelo tamanho. Aumentou a renda, também.

Isso é importante.

Outro dado importante para o Ministério de Desenvolvimento Agrário, precisamos dar condições às pessoas assentadas, ter infraestrutura necessária. Para fazer uma estrada é uma novela, parece uma novela da Globo, uma novela do SBT, da Record agora. Há o primeiro capítulo, mas não tem o último. Ninguém quando vai acontecer.

No passado, fiz uma proposta que nos dessem os equipamentos e que iríamos abastecer. Hoje não posso falar isso porque é outro Governo. Mas na época propus que me dessem o equipamento que faríamos a manutenção.

Para segurar o homem no campo precisamos ter, em primeiro lugar, estrada. Sem estrada não se faz saúde, educação, não se faz nada. Dá infraestrutura necessária e, ao mesmo tempo, dá o documento. Porque não basta dar só R\$2 mil, dá os R\$130 mil - esse é o valor que o Basa falou que pode dar a cada agricultor -, porque muitos têm dificuldade até de pegar o dinheiro.

Então, isso além de importante é fundamental.

Outro dado também importante - aí não posso aceitar... Existem, muitas vezes, políticas erradas. Alguns técnicos querem, de qualquer maneira,



08/04/2011

achar que é o setor produtivo o culpado por uma provável inflação que vem pela frente...

(falha na gravação)

Existe hoje um teto nesse desconto de preço que é de R\$5 mil por ano. Então, por mais que se tenha um universo muito grande, se há um limite de desconto por produtor, fica fácil fazer a conta e colocá-la no orçamento, porque se tem um teto. Se de R\$10 a R\$20 mil for dado um desconto de até R\$5 mil – estamos falando de um desconto que vai de 25% a 50% do valor do crédito, que raramente chega a isso, às vezes é de 10 % ou 8% –, se consegue ter uma noção concreta.

Quando passamos para a parte de seguro climático, custeio do Pronaf, da mesma forma, estou falando de financiamento de até R\$50 mil, mas com uma média de R\$10 mil a R\$20 mil. Consegue-se dimensionar isso no âmbito do Proagro e saber o tamanho da conta. Essa é uma questão importante.

Voltando ao item anterior, em geral, quando se pega essa agricultura familiar que já vai no risco bancário, insisto, a mais de 80%, se tem uma sustentabilidade. Você tem um custo para o Estado, na medida em que eu tenho uma Selic de mais de 10% e um financiamento fornecido de 2%, aí nós já temos uma diferença de equalização e ainda o *spread* bancário, porém, tenho resultado porque o recurso volta. Se não voltar, o problema é do banco, o risco é do banco. Então a sustentabilidade está na manutenção da atividade. Isso foi o que conseguimos fazer com relação à agricultura familiar.

O senhor e o Senador Ivo Cassol propõem o debate sobre o médio produtor. Talvez até hoje uma das grandes dificuldades que nós tivemos, acho que agora estamos começando a entrar no caminho, é que toda vez que se começava a discutir os demais ninguém aceitava, muitas vezes nem o próprio Congresso aceita definir o que é o médio. Por quê? Porque quando se vai partir para a política, quando não se tem limite de gastos, não se consegue encaixar isso. Não é fácil encaixar. E sempre que se discutia política para o médio, o debate acabava não tendo teto. E como não tinha teto...

Uma coisa é a gente discutir aqui taxa de juros para financiamentos de até R\$500 ou R\$600 mil. Outra coisa é discutir taxa de juros subsidiada para R\$10 milhões ou R\$20 milhões. Uma coisa é discutir seguro com subvenção pública para uma produção de duzentos ou trezentos hectares. Outra coisa para dez ou vinte mil. A gente tinha certo problema.

Acredito que agora a gente está começando a assumir um debate. Ainda não está bem afinado, mas estamos chegando via Pronamp. Basta pegar o volume de crescimento do Pronamp, principalmente no Banco do Brasil, mas mesmo os bancos cooperativos têm tido crescimento nos últimos anos, e vamos ver que nós temos crescimento.

Nós estamos começando a tentar delimitar um público médio. E eu concordo plenamente com o senhor no sentido da importância dele. Para isso



08/04/2011

quatro grandes questões precisamos atacar. Uma: nós precisamos reduzir o grau de investimento desse setor – não sei se o senhor concorda, deixe-me colocar de forma mais clara – de mobilização de capital. É inadmissível um produtor médio ter o que ele hoje imobiliza em máquinas e implementos. É muito para o tamanho dele e isso custa caro.

Novamente o debate que existe em alguns países, que é o que acaba dando sustentação para esse tipo de produtor, é o aluguel de máquinas, empresas especializadas em fornecimento de serviços de máquinas, o que seria interessante para o Brasil, pois, como a gente tem uma imensidão de País e épocas diferentes de plantio, talvez não na mesma região, mas, em termos de Brasil, é possível fazer locações de tal forma que se diminua o grau de investimento, de alocação de recursos desses produtores.

Outro problema que precisamos discutir com os senhores é mexer no Moderfrota. Hoje o Moderfrota só permite financiar produtor; não permite financiar empresa. Nós estamos querendo, já há um acordo nosso com o Ministério da Agricultura, na primeira oportunidade colocar alguma emenda que permita a gente estimular esse tipo de empresa para reduzir o grau de imobilizado que ele tem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Gilson, só para complementar – a gente pode debater um pouco, não é? – também a gente precisa observar o que acontece em cada região. Por exemplo, você quando faz agricultura no Paraná ou no Rio Grande do Sul, você tem um clima muito mais previsível. Até a seca você tem uma previsão do que lá vem.

Então você consegue ter uma colheitadeira, por exemplo, para fazer até seiscentos, até mil hectares. Pode, ele faz a dele, vai alugando, vai indo para frente.

Quando você vai subindo para o Centro Oeste, vê coisas diferentes. O que aconteceu no Mato Grosso do Sul este ano, a perda, não aconteceu no Mato Grosso porque temos muito mais máquinas, porque o clima é muito mais severo. Lá estamos preparados, a exemplo do que acontece aqui embaixo, para as chuvas mais intensas. Então, é um caminho, mas não dá para generalizar, não vale para todo mundo. Há especificidades em cada região.

Pode-se montar uma empresa prestadora de serviços, como acontece na Argentina e nos Estados Unidos – há agricultores americanos que não fazem nada, eles compram todos os serviços; para aplicar os fertilizantes, passar os herbicidas, eles pagam tudo e têm lucro no final da operação. Em Mato Grosso, se fizerem isso, um produtor dono de 4 ou 5 mil hectares praticamente absorve uma empresa dessa. Aí o produtor vai fazer a conta e dizer: “Espera aí! Estou pagando todo o equipamento para esse cidadão! Então vou ficar com restos mortais dessa máquina para mim depois”.

Concordo contigo, é um caminho, mas é preciso olhar as especificidades de cada região, não dá para generalizar.



08/04/2011

O SR. GILSON BITTENCOURT – Só para concluir.

Nessa linha, por exemplo, nós avançamos com o Pronamp – quando digo “nós”, refiro-me ao Governo como um todo, não estou falando só em nome do Ministério da Fazenda. Este ano, acredito, avançaremos ainda mais, principalmente porque a nossa tese deste ano é acabar com o limite de crédito por produto – já adianto aqui – e ter limite de crédito por produtor. Isso significará um incentivo maior e a liberdade para buscar outros produtos que não só os tradicionais. Não estamos tirando nada dos tradicionais, mas colocando os outros em pé de igualdade com os tradicionais.

Acho que devemos elevar os limites de crédito, dar ao médio produtor mais elementos, inclusive com discussões sobre o crédito rotativo junto com o Ministério da Agricultura e demais bancos. Na medida em que conseguirmos delimitar melhor esse público, vamos conseguir avançar no debate. Já começaram algumas conversas com o Banco do Brasil e a CNA sobre o seguro de preço. Precisamos começar a avançar mais nas ações do Governo relativas a garantia de preço, ter limites, porque, quando você não põe limites... Em termos de produção, vou apoiar a mesma coisa, mas, em termos de pessoas, acabo apoiando mais uns do que outros. Quando você põe limites – não estou falando em limites para a agricultura familiar, mas em limites para os médios –, é possível atender um grupo maior de produtores e, com isso, ter resultados mais efetivos.

No cooperativismo também há um avanço – está aqui o Evandro. A gente tem feito crescer muito o espaço do cooperativismo. Precisamos retomar um pouco esse debate, principalmente entre os médios, porque, com o nível de competitividade de hoje, ou você vai via cooperativa ou não consegue avançar. O cooperativismo não é só um instrumento dos pequenos. Na atual conjuntura, o médio virou pequeno no debate da concorrência e, por isso, a organização é fundamental.

Então, acho que começamos a dar passos nesse caminho. É preciso delimitar melhor o que é o nosso médio, entendendo as diferenças entre Sul, Centro Oeste ou mesmo Nordeste. É preciso começar a delimitar políticas e ter uma política para a agricultura familiar, uma política para o médio, uma política para o grande, que vai ter de ser diferente da política para os demais, talvez mais por um instrumento de mercado, com algum apoio específico do Estado. O importante é que a gente consiga ir delimitando isso. Acho que esse é um dos desafios que estão sendo colocados para o Governo e que a gente está tentando enfrentar. É um passo, mas não chegamos lá ainda.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Um dos grandes problemas para o agricultor, que poderia ir à Bolsa, por exemplo, é a questão do *hedge*, complementação da diferença de preço quando ele sobe na Bolsa. Talvez uma sugestão para o Ministério da Fazenda... Na economia, quando tu



08/04/2011

tens um problema, tu tens uma solução simples, mas, normalmente, ela é equivocada. Então, quero deixar só a opinião de quem não é economista.

Nós temos muito dinheiro. O país, hoje, tem um volume de dinheiro fora inclusive, que não pode nem trazer aqui para dentro sob pena de derrubar o real, baixar a relação para menos de R\$1 por dólar, sendo que já estamos sufocados com o R\$1,58.

Podíamos pensar em usar as reservas cambiais brasileiras para fazer o *hedge* nas Bolsas dos produtores? Se você tem o dinheiro lá e você pode fazer o *hedge*... Não há possibilidade de você perder dinheiro. O preço subiu, tu tens que pôr o dinheiro. Quem põe tem o direito de sacar quando ele voltar.

Fica aí uma sugestão para dar uma avaliada, porque, aí sim, nós colocaríamos os médios agricultores e os grandes agricultores que podem ir à Bolsa para fazerem vendas futuras. Eles não fazem porque a chamada de margem é muito grande. Nessas variações que tem aí... Vejo, na minha empresa, que tem dia que dá susto em todo mundo. São milhões e milhões de reais que tem que mandar e... O Brasil tem limite. Para qualquer um que tem tamanho, pequeno ou grande, para todo mundo existe um limite. Então, os limites dos produtores estão tomados. Eles não conseguem fazer essa chamada de margem na Bolsa, seja para soja, seja para algodão, seja para boi, enfim, para todos os produtos que estão aí colocados.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Desculpe-me, Senador, eu havia esquecido. Nós, no Ministério da Fazenda, ainda não entramos no mérito em relação à prorrogação ou não da vigência. Essa é uma questão que o Governo está discutindo, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o da Agricultura e, acredito, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O que nós estamos fazendo, enquanto Ministério da Fazenda, tentando, inclusive, se articular com o BNDES, o Ministério da Agricultura, MDA, e Meio Ambiente, é discutir como facilitar os financiamentos rurais e tentar, às vezes, tirar travas ambientais que não, necessariamente, são travas legais, porque isso é uma coisa que acontece muito: você tem uma lei e aí, às vezes, o Banco interpreta a lei, ou, às vezes, até o Ministério Público interpreta aquela lei, cada um interpreta de uma forma diferente. Às vezes você vai procurar e o próprio Ministério do Meio Ambiente interpreta diferentemente do que está sendo exigido.

Então, nós já estamos avançando para ter uma resposta um pouco mais precisa para a próxima safra é tentar juntar essas pessoas na mesa e discutir: “vem cá, Banco, você ta pedindo isto”, “Meio Ambiente, você exigiu?” ou “de onde você tirou essa exigência?” “Ah, eu tirei dessa legislação...” É essa interpretação comum, mais nesse aspecto de tentar facilitar e tirar, às vezes,



08/04/2011

travas que são colocadas por interpretação de uma determinada norma, às vezes correta, às vezes não.

Em relação específica ao decreto, tem um debate. Eu acho que esse debate tem relações com o debate do Código Florestal e, com certeza, o Governo deve adotar uma medida que não venha a prejudicar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com relação à interpretação da lei, com as questões ambientais, nosso produtor rural, sempre que há essa interpretação, sempre sai perdendo. Infelizmente, é uma realidade. Quando se fala em questões ambientais, o nosso produtor, coitado, sempre está devendo alguma coisa para as questões ambientais, sendo que o produtor é o grande trabalhador brasileiro, que leva alimentos para todos nós, para o Brasil inteiro, e ainda tem um saldo muito grande na balança comercial brasileira.

Quero agradecer às pessoas que mandaram as perguntas. Eu começo, então, a fazê-las.

Quem mandou esta pergunta foi o Francisco Assis da Silveira, de Boa Vista, Roraima.

O cidadão afirma que tem uma dívida junto ao Banco da Amazônia, Basa, que foi securitizada e que não consegue quitar esse débito, pois o Banco não estabelece uma base de cálculo. Pergunta o que deve fazer. É o Francisco de Assis da Silveira, de Boa Vista. Eu passo para o Bezerra, para ele avaliar.

Enquanto você lê, Bezerra, passo à outra pergunta, do Geraldo Arantes Nunes, de Xinguara, no Pará. Ele pergunta: o cidadão afirma que os pequenos e médios agricultores têm dificuldades em adquirir financiamentos nos bancos, o que não acontece com os grandes agricultores ou os cadastrados no Pronaf. São os menores e médios produtores, porém, que mais necessitam de ajuda financeira. Diante disto, pergunta se é correto o procedimento bancário.

Passo esta pergunta para o José Carlos, do Banco do Brasil.

Bezerra, queres fazer a resposta? Por favor.

O SR. JOSÉ ALVES BEZERRA – As operações securitizadas estavam contempladas na Lei nº 11.775. Se for SEC 1, é arts. 1º e 2º; se for SEC 2, como nós denominamos, arts. 3º e 4º. Ele tinha até o dia 31 de dezembro de 2010 para fazer a quitação. Todo o recálculo está estabelecido na Lei e o Banco vem cumprindo, religiosamente, o que estabelece a Lei.

Atualmente está sem prazo, porque se ele fez uma demanda formal ao banco, e o banco não forneceu por qualquer motivo o valor da dívida recalculada, ainda está amparado pela lei. Mas se ele não fez uma adesão, ele não demandou o banco para fazer o cálculo com base na lei, para ele liquidar, ele perdeu o prazo, infelizmente.



08/04/2011

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Bezerra. De qualquer forma, peço para que entrem em contato com o gerente em Boa Vista.

O SR. JOSÉ ALVES BEZERRA – Pode entrar em contato com o gerente ou diretamente comigo em Belém.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Então pedimos ao Sr...

O SR. JOSÉ ALVES BEZERRA – Francisco Assis da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... Francisco Assis da Silveira que entre em contato com o Banco Basa da Amazônia em Boa Vista levando esse caso especificamente. Tenho certeza que acharão a solução.

Sr. José Carlos Vaz.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Bem, Sr. Geraldo, vamos também orientar nossa agência em Xingó a entrar em contato com o senhor; os dados do senhor estão aqui na ficha. Da parte do Banco do Brasil, temos interesse em atender a todos os produtores, independente do porte. Temos recursos suficientes, temos disposição, temos equipe preparada. Agora, é preciso colocar que crédito rural, do ponto de vista da supervisão bancária, da regulamentação da atividade bancária, é um crédito bancário como qualquer outro, e os agentes financeiros devem observar todos os atributos e requisitos de segurança que se deve fazer em qualquer operação de crédito: o cadastro, a verificação da receita, da capacidade de pagamento, as garantias adequadas, a situação das terras, se as terras estão legalizadas, a questão ambiental, são as mais diversas situações, de forma que a gente não tem como dar uma resposta genérica. Mas o que diríamos é que, atendidos esses pressupostos, o Banco do Brasil tem condições, quer e tem recursos e linhas de créditos suficientes para atender a todos os produtores, de pequeno, médio e grande porte.

Então, como o Gilson citou, há uma linha chamada Pronamp, que é bastante interessante para a classe média rural, embora, na sua região, o Basa tenha linhas de crédito em condições mais favoráveis do que essa, com os recursos do FNO, mas, de qualquer forma, vamos orientar nossa agência a procurar o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Luiz Carlos Matana, de Ji-Paraná, pergunta o seguinte: por que os bancos não fazem os financiamentos de manejo desde a base, desde o começo? Afirma que o banco realiza o financiamento somente quando a documentação está pronta e que isso gera custos para os agricultores, que gastam com engenheiros e trabalhadores da terra. Ele se disse insatisfeito com a aprovação do manejo, que leva, em média, de três meses a um ano para sua aprovação, já em segunda fase. Eu gostaria que o Basa pudesse responder a essa colocação do Luiz Carlos Matana, de Ji-Paraná.



08/04/2011

O SR. JOSÉ ALVES BEZERRA – O manejo florestal sustentável tem toda uma característica. Primeiro, ele tem que começar pelo inventário da reserva florestal ou da cobertura florestal. Isso tem que ser feito, obrigatoriamente, por um engenheiro, para poder, com base nisso, fazer um projeto e ser aprovado pelo órgão de meio ambiente. Tem que ter todo o licenciamento, porque sem o licenciamento, não se pode fazer manejo, isso é o que prescreve a legislação. O projeto estando elaborado, atendida toda a legislação ambiental, o banco faz uma análise. Dependendo do limite do projeto, ele será analisado na superintendência ou na matriz.

A atual diretoria estabeleceu acordo de trabalho com cada área, sendo a área de análise de projeto com média não superior a 45 dias, a partir do protocolo na agência. Então, essa é a tramitação da agência ao desfecho final, à aprovação, desde que estejam cumpridas todas as etapas anteriores, principalmente a questão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quanto à questão do projeto, não tem como incluir no financiamento o projeto para esses agricultores que não têm essa capacidade financeira de fazer o projeto?

O SR. JOSÉ ALVES BEZERRA – Mas o programa, o próprio FNO já financia. Ele financia o profissional, a elaboração do projeto, inclusive o próprio inventário, que é o primeiro passo a ser dado, e existem recursos para isso também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Bezerra.

O Sr. Antonio Jesus de Souza Miranda, de Porto Velho, faz o seguinte questionamento: “Gostaria de saber se existe alguma matéria tramitando na CRA, dispondo sobre perdão de dívida ou baixa da taxa de juros para financiamentos bancários contraídos em anos anteriores. Segundo ele, no ano de 2010, houve uma queda de produção e renda na agricultura, ocasionando o endividamento dos agricultores”.

Gilson, entre 2010... Na Comissão da Agricultura... Não temos nem para nós, Senadores. Daqui não sai, não sairá nenhuma isenção, nenhuma proposta de isenção nesse sentido. Essa é uma análise muito amiúde, muito profunda, que deve ser feita pelos bancos credores que, porventura, tenham financiado produtores de regiões em que tenha ocorrido algum acidente. Essa é uma questão regional. Da parte da nossa Comissão, não há nenhuma matéria sugerindo isenção de pagamento de empréstimos. Fica aqui respondida também de uma forma genérica.

Existem alguns projetos de leis, mas não chegaram à Casa. Estão na Câmara, não chegaram ao Senado, e qualquer isenção será muito debatida.

Aqui, temos que fazer um parêntese quanto ao que falou o Dr. Gilson, ou seja, separar muito bem o adimplente do inadimplente, e antecipar, como também disse o Bando do Brasil, o Basa, o Banco do Nordeste, o



08/04/2011

problema. Quando existir um problema localizado, ir cirurgicamente resolvê-lo, para que não seja contagioso, como disse o nosso Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Foi dito aqui que existem hoje mecanismos para as próprias agências irem trabalhando. Então, quem está fazendo a pergunta, por ser um problema pontual, tem que procurar a agência do Banco do Brasil, do Basa ou de quem for, e tocar a vida para frente. Não vai esperar perdão não, porque....

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É recente, é de 2010.

Ele não fala aqui qual o banco com o qual ele tem o débito. É importante, como disse o Senador Blairo Maggi, que o nosso amigo Antonio Jesus de Sousa Miranda procure a agência em que ela tenha algum débito para renegociar e discutir o problema.

Pois não, Dr. Gilson.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Senador, acho que há uma questão que é importante. Há um aspecto até cultural que a gente tem que tentar, aos poucos, mudar entre os nossos produtores ou entre alguns dos nossos produtores, que é o de esperar ficar inadimplente para depois procurar o banco para discutir a sua situação.

Hoje, por exemplo, os fundos constitucionais já têm uma regra que permite que o produtor prorogue a sua dívida, inclusive sem pagamento de encargo de inadimplemento, caso ele demonstre à instituição financeira a sua situação, desde que faça isso antes do financiamento.

Se venceu, o banco é obrigado a entrar com a cobrança dos encargos de inadimplemento. Depois, mesmo que o banco queira tirar, vai precisar de uma lei. Pelo menos, é assim que, inclusive, o TCU tem visto.

Um produtor que fique inadimplente quinze dias ou um mês, ele já vai para área, no aspecto de risco bancário, vai para uma categoria inferior e, cada vez mais, cada dia mais, ele vai sendo penalizado e para ele recuperar sua situação junto ao banco, a cada quinze dias - eu diria de forma mais correta -, ele vai entrando numa categoria maior de risco e vai dificultando a sua recuperação.

Então, eu acho que o recado que tem que ser dado para quem efetivamente teve um problema em termos de comercialização ou em termos climático, que efetivamente não vai conseguir saldar a sua dívida, que procure a instituição financeira, para discutir a sua situação, antes do vencimento. Tudo fica mais fácil se ele fizer esse processo antes de a operação ser vencida, se ele já está considerado como inadimplente.



08/04/2011

Lógico que ele vai ter que procurar, vai ter que convencer o agente financeiro, mas é sempre uma situação melhor isso acontecer antes do vencimento do que depois deste, porque, principalmente nas questões mais extremas, temos tentado tratar de forma mais pontual, essa de ficar esperando vir alguma coisa para depois procurar o banco cada vez vai ser mais prejudicial.

Não sei se vai abranger 100% - se eu falasse isso, estaria mentindo -, mas acho que muitas situações poderiam ser resolvidas caso esse produtor procure a instituição financeira antes do vencimento e discuta a sua situação. Os instrumentos já permitem hoje, de uma forma ou de outra – às vezes um prazo de até 5 anos, ou jogar para o final da fila numa linha de investimento, ou no mínimo conseguir, às vezes, 15 ou 30 dias, ou seja, o suficiente para ele sair de uma situação de aperto, mas é necessário que se busque isso antes do vencimento. Tudo vai ficar mais fácil não só renegociação, como a situação futura dele dentro da instituição financeira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Continuando, o Sr. Vilano Curt, de Rio do Sul, Santa Catarina, pergunta: “Qual a responsabilidade do agente financeiro na concessão de um crédito que não possui viabilidade econômica na atividade financeira, pois, segundo ele, no entendimento rural, em grande parte dos casos, o agente financeiro não fiscalizou ‘o uso do crédito?’”

Concedo a palavra ao Sr. José Carlos Vaz, do Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Sr. Vilano, o Manual do Criador Rural estabelece que não se pode financiar empreendimento deficitário. Então, se isso acontecer, e for caracterizado como sendo uma falha de conduta por parte do agente financeiro, a operação vai ser desclassificada, a operação será considerada vencida antecipadamente, será cobrado IOF de operação de crédito usual, sem contar as multas e as responsabilizações, ou, se a operação foi equalizada pelo Tesouro Nacional, o agente financeiro terá que recolher os custos ao Tesouro em dobro e, por sua vez, fazer a cobrança disso ao produtor rural.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Posso ajudar na pergunta dele? Acho que ele está dizendo que ele foi financiado, e o negócio dele não deu certo, porque o Projeto não era viável e, mesmo assim, foi financiado. Ele quer saber quem é que vai pagar a conta.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Pois é. Bem, o que eu coloco é o seguinte: em todos os nossos financiamentos – e os próprios agentes financeiros são assim, até pela responsabilidade grande que disso decorre -, é que são feitos estudos de viabilidade.

Vejam bem. A Cédula de Crédito do Criador Rural é um documento confessório, ou seja, o produtor vem e declara que vai pagar, porque tem capacidade de pagamento. Quer dizer, aqui se configura uma falha bancária



08/04/2011

por parte do agente financeiro eventualmente, mas principalmente se configura um delito de conduta por parte do produtor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Ele não está dizendo que ele é o devedor. Ele está denunciando o caso.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Ele não está dizendo que ele é o devedor. Ele está denunciando o caso. Agora, outra coisa: os agentes financeiros fiscalizam o uso de crédito de acordo com as regras que vêm do Conselho Monetário Internacional, que estabelece uma amostragem.

Posso dizer, pelo Banco do Brasil e pelos dois Colegas aqui, pelas suas instituições, que isso não se aplica às nossas instituições. Até aos bancos privados, isso não se aplica de forma alguma.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Ele vai ter que provar que o banco foi lá e disse: *Pegue o dinheiro. Eu garanto que vai dar certo. Pegue o dinheiro!* Se ele conseguir comprovar, ele está ressarcido de tudo.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Isso não é fácil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Temos outra pergunta do Sr. Pedro Luiz de Souza, de Glória de Dourados, de Mato Grosso do Sul. O cidadão sugere a reabilitação de levantamento de cálculos de dívidas rurais desde a implantação do Plano Real e a verificação das irregularidades ocorridas. Afirma que, na ocasião da mudança de moedas, os bancos refizeram os cálculos sem consultarem os agricultores, causando o seu endividamento. Afirma ainda que as formas existentes de negociação de tais dívidas não são devidamente divulgadas pelos bancos.

Por favor, responda Dr. Gilson.

O SR. GILSON BITTENCOURT - Situações que merecem destaque especificamente em relação aos fundos constitucionais, a 11.775 permitiu, em uma série de casos, a possibilidade de revisão dos processos, inclusive para tentar recalcular as dívidas. Mas isso é mais focado nos recursos dos fundos constitucionais. Nos demais, é muito difícil, até porque boa parte são dívidas muito antigas e, de certa forma, essa é uma questão que volta e meia ela retorna à pauta, dizendo que, durante o processo de renegociação, lá em 1995, quando ocorreu a securitização e o PESA, o saldo devedor estaria maior do que os produtores acham que seria o correto. O que foi feito efetivamente?

A gente entende que, se isso aconteceu – eu não vou nem dizer que sim, na época a gente não coordenava isso –, mas, se aconteceu alguma coisa nesse sentido, principalmente com securitização, o que se deu posteriormente com a fixação da taxa de juros em 3% até hoje – então, se você pegar a inflação que foi de 1995 até 2011 e você considerar que as taxas de juros dessas operações negociadas foram de 3%, vai dar um valor infinitamente menor. Considerando os rebates que foram concedidos, também foram significativos. Então, se acaso houve algum valor a mais nessas dívidas, especialmente securitização, eu diria que ele já foi mais do que compensado



08/04/2011

nessa definição durante aí praticamente 16 anos, com taxa fixa de 3%, com inflações que em determinados períodos, de 1995 para cá, ultrapassaram 6%, 7% ao ano. Então, a princípio, não há nenhuma outra discussão de refazer contas, até porque seria impossível fazer isso pelo conjunto das operações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco;/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Gilson.

Eu vou, para otimizar, fazer várias perguntas...

A SR^a ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Eu queria só fazer uma complementação. No caso da securitização, não seria possível, porque ela foi feita por equivalência em produto. Então, a correção foi feita de acordo com a variação do preço mínimo. Agora, nos demais casos, a taxa de juros já era prefixada, já era 8,65%, taxa fixa. Então, não haveria essa possibilidade.

Agora, com relação a 11.775, quando ela foi publicada, a CNA fez um trabalho em todos os Estados. Nós fizemos um *software*, o Agriculture, para o produtor fazer o recálculo de todas as suas dívidas, capacitamos todos os sindicatos rurais e federações a prestarem assessoria ao produtor, fizemos uma cartilha e um *hotsite* com todas as informações necessárias à renegociação. Fizemos também um programa de rádio, que era veiculado em todas as rádios do Brasil. Foram cinco mil rádios que veicularam o programa, trazendo informações ao produtor sobre como fazer a sua renegociação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco;/PDT – RO) – Muito obrigado, Rosemeire, pelo seu esclarecimento.

Para otimizar, vou fazer várias perguntas, porque nós temos dezenas de perguntas e vamos fazer algumas, e aquelas que não forem respondidas nós encaminharemos a resposta por *e-mail* individualmente.

O Jacir Antônio Bombonato, de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, pergunta ao superintendente do Banco do Brasil: – Sou devedor do Banco do Brasil de dívidas oriundas de perdas de soja, safra 2003/2004, aproximadamente 30 mil sacas. Além de preços baixos, nos anos seguintes consegui renegociar minha dívida, que era composta de custeio agropecuário com taxas de 8,75 e CPR, com juros de mais de 24% ao ano no FAT. Inicialmente, era para ser pago em quatro parcelas e, não conseguindo, prorroguei para seis parcelas, e paguei, no ano 2008, 2009 e 2010, o valor de R\$852.175,00 e ainda devo aproximadamente R\$1.900.000,00. Peguei do banco para plantio R\$1.100.000,00. Preciso ajuda. Concordo com a divulgação dessa mensagem.

Então, deixo aqui, ao nosso Presidente José Carlos. Faço outra pergunta de Cláudia Helena Lima, de Brasília, Distrito Federal.

A Sedam sugere a instituição de um benefício cedido pelo Estado que vise o abatimento das dívidas de produtores rurais caso tais produtores



08/04/2011

cumpram devidamente a legislação ambiental, inclusive no que se refere ao reflorestamento.

Mário Lucas de Carvalho, de Floresta, Pernambuco.

O cidadão afirma ter solicitado dois créditos rurais e que, em outra situação, necessitou de novo empréstimo. O banco, porém, somou as dívidas existentes e constatou a não possibilidade de nova liberação. Diante disso, pergunta se tal procedimento bancário é correto.

Deixo aqui para nós analisarmos.

Adroaldo Santos Soares, de Salvador, Bahia.

O cidadão pergunta a V. Ex^a por que motivo a Lei nº 12.249, de 2010, não previu o rebate de desconto para valores superiores a R\$35 mil e inferiores a R\$100 mil. Pergunta ainda quando será criada uma lei que contemple as operações contratadas há mais de dez anos na região da Agência do Desenvolvimento do Nordeste, ADN, nesta faixa de valor de contratação de R\$35 mil a R\$100 mil.

Everaldo Barbieri Manfio, de Jaboticaba, Rio Grande do Sul.

Sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticaba e venho, por meio deste, pedir encarecidamente que os nobres Senadores da Comissão de Agricultura olhem com carinho para o pequeno produtor de alimento do oeste do nosso País e tenho a sensibilidade para resolver o endividamento da agricultura familiar, pois a situação é de desespero junto aos nossos agricultores que não conseguem pagar suas dívidas e, por isso, não conseguem acessar novos créditos para continuarem produzindo e sustentando suas famílias.

É a nossa preocupação. Aliás, o motivo de nosso debate hoje é exatamente isto: trazer alternativas para os nossos produtores, principalmente ao pequeno e médio produtor rural.

Ernani Silveira Sampaio, de Exu, Pernambuco.

O cidadão afirma que as propriedades dos produtores rurais do semiárido que não quitaram seus financiamentos junto ao Banco Nordeste, especialmente da cidade de Exu, Pernambuco, irão a leilão a partir de agosto de 2011, caso as dívidas não sejam quitadas. Nesse sentido, sugere que os parlamentares tomem providências para que isso não aconteça.

São questões realmente bastante complexas, mas todas essas perguntas serão devidamente respondidas individualmente.

Temos outra pergunta que fizemos no começo, que é o pequeno produtor de manga, o Adroaldo Soares, da cidade de Abaré, na Bahia. Atendido pela agência do BNB, de Paulo Afonso, contratou, em 1999, R\$69.595,00 para investimento e R\$7.329,00 para custeio. Hoje o processo de renegociação apresenta divergências quanto ao enquadramento das operações.

Parece-me que o José já tem uma resposta. Com a palavra o José, do BNB.



08/04/2011

O SR. JOSÉ ANDRADE COSTA – O Sr. Adroaldo, de Abaré, atendido pela agência de Paulo Afonso, tem operações contratadas, uma, em 1999, no valor de R\$69 mil, e outra, em 2000, de R\$7.320,00. Ele está querendo enquadramento na remissão de dívidas na Lei nº 2.249, no art. 69, mas a regulamentação e a lei prevêem o endividamento por cliente, não por operação. Ele coloca alguns argumentos, com base na análise da lei, pede que nosso Jurídico dê uma analisada e dê um retorno para ele sobre essa situação. Tenho aqui todos os dados dele, telefone, tudo. Vou manter contato com ele na segunda-feira, quando explicarei a situação. Pela análise feita pelo Jurídico do Banco, com base na lei, inclusive ele já recebeu uma resposta formal da agência de Paulo Afonso de que essa operação não tem enquadramento na remissão, porque a soma das dívidas dele está fora do público alvo da Lei nº 2.249.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Gostaria de pedir desculpas a todos, tenho compromisso agora. Quero parabenizá-los pela iniciativa, mas uma vez cumprimentar a todos, tenho certeza de que quem está assistindo em casa está gostando da discussão porque às vezes os casos são semelhantes, um pergunta lá de Pernambuco, outro de Rondônia, do Rio Grande do Sul. Quero parabenizar a todos pela condução.

Quero também aproveitar este espaço, sei que lá em Cuiabá, Mato Grosso, muita gente está nos ouvindo, e hoje a capital Cuiabá completa 292 anos. Foi fundada pelos bandeirantes ainda lá em 1719, é uma cidade importante, lá é feriado hoje, estão todos comemorando não só os cuiabanos, mas todos os matogrossenses; todos que moramos no interior temos a nossa capital como uma cidade de referência. Então quero deixar os meus cumprimentos ao Prefeito Galindo, ao Governador Sinval, enfim a todos que vivem naquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pela sua participação muito importante para o nosso debate na tarde de hoje.

O Sr. Isaías de Oliveira da Silva, de Ariquemes, Rondônia, afirma que a situação das suas terras ainda não é regularizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra; ele não consegue, portanto, o financiamento rural. Pergunta se tal exigência para garantir o empréstimo procede. Passo a pergunta para o Basa, para o nosso amigo José Bezerra.

O SR. JOSÉ ALVES BEZERRA – Depende do porte do produtor. Se ele quer um financiamento mais expressivo ele vai ter que ter a documentação da terra, a propriedade. Se for agricultor familiar ele não precisa ter o domínio pleno da terra. Tem que saber o porte dele.



08/04/2011

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, obrigado.

O SR. JOSÉ ANDRADE DA COSTA – Senador, aproveitando aqui, o senhor quer continuar as perguntas? Porque tem duas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pode responder.

Antes, eu só queria agradecer a participação do Isaías e dizer que fizemos na audiência anterior um debate exatamente sobre a regularização fundiária. Estamos pedindo ao Terra Legal um esforço muito maior do que o que está sendo feito para regularizar a situação dos produtores brasileiros, em especial os da Amazônia e dentro da Amazônia o nosso estado de Rondônia. Todo o trabalho possível está sendo feito para que esta situação de regularização fundiária se dê em todo o País, evidentemente, principalmente na Região Amazônica e em especial nosso Estado de Rondônia. Então, muito obrigado ao Isaías, pelas suas perguntas, e passo a palavra ao José Andrade da Costa, do BRB.

O SR. JOSÉ ANDRADE DA COSTA – Senador, das três indagações que o senhor passou para o banco, tenho mais duas aqui entre elas que eu gostaria de esclarecer ao Sr. Mário, de Floresta. Ele disse que tomou dois financiamentos com o banco e, quando foi solicitar outro, o banco não concedeu. Pode ter sido, não sei se foi o caso – eu gostaria de pegar os dados deles para analisar – que o limite dele tenha sido alcançado com esses dois créditos que ele recebeu do banco. Isso é permitido no estilo financeiro, ou seja, todos os bancos têm seu limite de risco, têm o seu modelo em que estabelecem o patamar máximo que o cliente pode tomar de financiamento e empréstimo. Pode ter sido o caso do Sr. Mário.

Com relação ao Sr. Ernani, de Exu, ele colocou que, se não for tomada nenhuma atitude pelos parlamentares, as propriedades irão a leilão. Os bancos têm prazo legal para execução de suas dívidas, cada um tem sua política interna de estabelecimento de limites para execução, e essas dívidas que estão executadas, se não for tomada nenhuma medida pelo agricultor – ou seja, de ir ao banco renegociar pelas regras usuais, pelas regras de administração do banco ou pelo enquadramento em alguma lei em vigor, no caso a Lei 2.249 –, elas infelizmente serão levadas a leilão. Recomendo que os produtores procurem o banco no sentido de analisar possível renegociação dessa dívida antes que chegue o momento final, de leilão da propriedade. Não é isso que o banco quer; ele tem todo o interesse em renegociar, em alongar essa dívida de forma a não tomar essa propriedade porque não é objetivo do banco, de forma alguma, tomar o bem, tomar a garantia do tomador do crédito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Agradeço ao José Andrade, e vamos colocar a seguinte forma: todas as perguntas que me foram enviadas – e são mais de dezenas de perguntas – nós daremos as



08/04/2011

respostas, individualmente, por e-mail, já que a maioria delas foi feita via e-mail, correio eletrônico.

Agradeço a todos pela atenção e colocar mais uma vez que essa é uma inovação do Senado, através da Comissão de Agricultura, fazendo uma interação entre os debatedores com a sociedade brasileira, na tentativa de aproximar cada vez o Senado do cidadão brasileiro. É uma experiência nova e estamos hoje iniciando dessa forma. Todas as sextas feiras, às 14 horas, nós estaremos aqui debatendo junto com os nossos convidados, interagindo com a sociedade brasileira.

Agradeço à TV Senado e a toda desta Casa, que possibilitaram junto conosco dar início a esse novo momento da história do Senado e, principalmente, da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao Evandro para as suas considerações finais.

O SR. EVANDRO NINAUT – Quero parabenizar a presença de todos, a Mesa, sobretudo esse novo trabalho do Senado, de trazer a Sociedade para dentro das Comissões, participar ativamente. Isso é muito importante, a sociedade vai sendo esclarecida. Agora, é uma pena que o Senador Blairo teve que se retirar, eu até conversei com ele ali, e ele deixou uma pergunta, como o produtor pode permanecer no campo. E uma das iniciativas da OCB é de solicitar ao MDA a questão de redução do percentual da DAP. Isso facilitará que mais produtores possam obter rendas dentro de uma condição melhor. E nós vamos fazendo, a cada dia, com que esse médio produtor – que não está bem atendido – passe a ser, na realidade, um pequeno produtor e ele possa realmente dar continuidade a sua produção no campo. Nós temos uma expectativa muito grande com essa revisão da política de crédito que o Gilson trouxe aqui para a gente. Gostaríamos de participar ativamente, ele já tem até falado conosco sobre esse assunto, e isso, eu creio, vai dar uma condição melhor, a partir do novo plano safra do MAPA e também da agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Evandro Ninaut.

Passo a palavra ao Dr. Gilson Bittencourt para as suas considerações finais.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Primeiramente, muito obrigado novamente por essa oportunidade, parabenizar por essa iniciativa e, mais do que tudo, nos colocar à disposição, não somente para hoje, mas para outros debates. Há um conjunto de temas que envolve o meio rural e que tem a participação do Ministério da Fazenda, de uma forma ou de outra; que esse tipo de debate aqui é enriquecedor, foi interessante e por isso, então, estamos à disposição para qualquer outra iniciativa neste sentido. Então, novamente, parabenizar pela iniciativa, porque acho que é assim que a gente constrói um Brasil melhor, e cada vez tentar adaptar mais as nossas políticas para tentar beneficiar efetivamente os nossos produtores, porque acho que são os principais



08/04/2011

responsáveis por a gente estar aqui, já que eles são os mais importantes nesse processo tanto de produção para o mercado interno, quanto na exportação. Então, o Ministério da Fazenda tem, cada vez mais, ampliado a sua equipe para trabalhar com a questão rural e isso vai nos dando condições de cada vez ter políticas mais concretas e mais adaptadas das nossas agriculturas, das situações que a gente têm, as mais diversas possíveis neste País.

Então, novamente, muito obrigado e até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Gilson Bittencourt.

Passo a palavra à Srª Rosemeire Cristina dos Santos, da CNA, para as suas considerações finais.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Senador, queremos agradecer a oportunidade, queremos também parabenizar por essa iniciativa e dizer da importância da discussão de um tema como o endividamento.

Eu acho que é primeira vez que a gente participa de uma discussão sem a pressão e o calor de um momento de crise. E isso é muito importante. A gente tem que aproveitar os bons momentos da agricultura para fazer uma avaliação geral da política agrícola e implementar as mudanças que precisam ser feitas.

Quero colocar toda a equipe da CNA à disposição desta Casa, e colocar à disposição dos produtores também. É importante que os produtores conheçam esta parte de crédito, conheçam a área de crédito e se informem antes de contratar e também antes de vir a inadimplir.

É importante para o produtor rural sempre manifestar o interesse em resolver o problema. Acredito que o banco só vá dizer “não” ao produtor se ele não manifestar interesse em renegociar. Então, qualquer sinal de perda na lavoura, qualquer sinal de dificuldade de comercialização, procure a assistência técnica, procure o agrônomo que fez seu projeto de custeio, faça um laudo, tire fotos, documente o problema que tem na lavoura, e, se houver dificuldade de pagamento, manifeste interesse ao banco de renegociar, antes da data do vencimento.

É importante o produtor tomar uma postura preventiva, para não vir a sofrer consequências, porque a legislação de crédito é rígida, é complexa. Os próprios bancos são regulamentados por acordos internacionais que o Brasil tem que cumprir. Então, é bom a gente conhecer quais são os nossos direitos como credor, conhecer as nossas obrigações como credor, e agir preventivamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Rosemeire.



08/04/2011

A questão é se antecipar ao problema, não é? Essa talvez seja a receita mais importante.

Passo a palavra ao João Guadagnin, diretor financeiro do MDA.

O SR. JOÃO GUADAGNIN – Senador Acir e companheiros de Mesa, muito obrigado pela oportunidade. Sempre é enriquecedor participar desses debates, porque a gente vai aprendendo mais. E o Ministério do Desenvolvimento agrário está à disposição.

Seguramente, nós não temos soluções para todos os problemas. Algumas das perguntas demonstraram inclusive isso, mas o que importa é um pouco o que a Rose falou aqui e o que o Senador também falou: antecipar-se aos problemas.

Para a agricultura familiar, é fundamental buscar orientação antes de se endividar, antes de tomar crédito. E, na eventualidade de dificuldade de pagamento, buscar formas de negociação para que essa dificuldade seja superada, além daquelas que já existem, que são o seguro, o Pgaf e os mecanismos que o Pronaf já implementou.

Muito obrigado aos companheiros do Ministério da Fazenda, em especial, pela colaboração, pelo esforço, e seguramente teremos, já a partir da próxima semana, muitos embates na busca de ampliação de melhoria das linhas para o próximo Plano Safra.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença.

Passo a palavra ao José Bezerra, do Basa, para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ALVES BEZERRA – Primeiramente, queremos agradecer o convite ao Banco da Amazônia para participar deste debate. É um momento único poder ouvir, do outro lado, o público alvo da política agrícola do País e onde o Banco da Amazônia tem sua principal vocação.

Quero parabenizar, acho que é inédito nesta Casa do povo acontecer essas indagações e podermos, basicamente em tempo real, nos comunicar com esse povo.

Saio daqui muito feliz, e achando que muitas indagações, muitas questões serão resolvidas em breve.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Bezerra.

Passo a palavra ao Dr. José Andrade Costa, do Banco do Nordeste.

O SR. JOSÉ ANDRADE COSTA – Obrigado.

Primeiro, parabenizo o Senado e agradeço também pelo convite para o Banco do Nordeste estar aqui presente, podendo prestar esclarecimentos e discutir esse tema que é muito importante para o setor rural.



08/04/2011

Também gostaria de dizer que estamos aqui presentes os bancos federais – o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia - e somos braços de Governo. Não temos nenhum interesse em explorar o produtor, não temos nenhum interesse em dificultar a vida do produtor. Pelo contrário, queremos aumentar a produção, queremos que ele viva bem, mas, para isso, ele tem que procurar o banco, ele tem que dialogar no momento em que tiver alguma dificuldade na sua produção, na sua comercialização, para que a gente não chegue ao momento de ter que executar a dívida e acontecer esse caso como está acontecendo em Exu, relatado por esse senhor para nós há pouco tempo, de que, a qualquer momento, pode ocorrer o leilão de propriedades na região, em função de execuções do Banco.

Nós trabalhamos com recursos públicos, portanto não podemos deixar as dívidas de lado e fazer um novo financiamento. Temos que gerir esse crédito porque do contrário estaremos comprometidos como instituição e, também, como gestores.

Muito obrigado e parabéns Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, José Andrade Costa.

Passo a palavra ao Dr. José Carlos Vaz do Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Muito obrigado pela oportunidade, o Banco do Brasil continua à disposição da Comissão para futuros eventos.

Boa tarde a todos, bom fim de semana, e aproveitando que os produtores estão atentos quero informar que o Banco do Brasil já está financiando insumos para a safra de 2011/2012, também estamos com recursos para financiar os investimentos, as compras e renovações do seu PAC, de máquinas e equipamentos e outros empreendimentos que queira fazer. Então, os produtores que têm suas dívidas e estão preocupados solicitamos que procurem suas agências para tirarem suas dúvidas e procurar equacionamento. Aqueles que estão no momento de financiar os seus empreendimentos ou de melhorar a sua capacidade produtiva procurem a agência, atualizem o cadastro e apresentem a sua proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. José Carlos Vaz. Agradeço a todos.

Gostaria de dizer que esta Comissão está proporcionando esse ciclo de debates no intuito de trazer para esta Casa questões importantes para a agricultura brasileira, para a produção do agronegócio brasileiro. Entendemos que, dessa forma, vamos contribuir para que o nosso País possa ser, em breve, aquilo que nós imaginamos: o maior produtor de alimentos do planeta. Com esse trabalho, entendemos que estamos contribuindo para isso. Tenho certeza, Dr. Gilson, de que essa revisão de política de crédito será uma ferramenta a



08/04/2011

mais para o produtor brasileiro nos próximos meses ou semanas para que esse sonho de todos nós, brasileiros, torne-se realidade.

Quero mais uma vez agradecer à TV Senado, principalmente à rádio Senado que está, ao vivo, conosco ajudando nesse trabalho importantíssimo. Da mesma forma os operadores das redes sociais do Senado, o SEPOP, Secretaria de Pesquisas e Opinião Pública.

Na semana que vem, no dia 15 de abril de 2011, o ciclo de palestras e debates será feito com o tema: Objetivo de Avaliar as Questões das Assimetrias do Mercosul e seus Impactos na Agricultura Brasileira. Teremos a presença dos seguintes convidados: Deputado Federal Luiz Carlos Heinze, Embaixador Bruno Bath, Diretor do Departamento do Mercosul, Ministério das Relações Exteriores, Ministro Fernando Pimentel, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e Dr. Carlos Rivaci Sperotto, vice-presidente da Federação das Associações Rurais do Mercosul.

Temos a certeza de que estamos trabalhando no intuito de integrar as regiões brasileiras, ora falando do nordeste, ora junto com a amazônica e, também com o Sul País, debatendo o Mercosul.

Agradeço mais uma vez a participação dos Senadores que estiveram conosco, dos Srs. e Sr^{as}s, dos demais convidados que estão conosco nesta tarde.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 17h42min)